

Começam as mudanças

- Diretas para presidente
- Diretas em 85 para prefeitos
- Legalização dos partidos clandestinos
- Voto dos analfabetos
- Brasília já elege deputados e senadores
- As reformas na página 3

Nota do PC do B

O Partido Comunista do Brasil em processo de legalização considera as emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso passo importante na consolidação da democracia no país. Vai-se tornando realidade viva os reclamos do povo em praça pública a favor das eleições diretas, da extinção do Colégio Eleitoral, em defesa do direito à legalidade de todas as correntes de opinião. O voto ao analfabeto, reivindicação democrática de longa data, agora assegurado, resgata a gritante injustiça de privar grande parte da população, iletrada não por culpa sua, de participar dos pleitos eleitorais. Merece destaque especial a representação do Distrito Federal nos órgãos legislativos, também aprovada. Era injustificável a situação existente, pois Brasília é atualmente uma das grandes cidades do país. Já este ano, segundo decisão do Congresso, haverá eleições diretas para prefeitos de todas as capitais e

dos municípios até o momento discriminados.

Inicia-se assim a marcha da democracia, num plano muito concreto. Certamente outras medidas virão pondo fim a enxurrada de leis arbitrárias ainda em vigor. Digna de aplauso nesse sentido é a declaração do presidente José Sarney de enviar novas mensagens ao Congresso revogando ou alterando tais leis e convocando no menor prazo a Assembleia Constituinte. As decisões do Congresso, adotadas por maioria tão expressiva, joga por terra as ambições de certos políticos, carentes de espírito público, que apostavam no casuísmo e tentavam, do ponto de vista jurídico, verdadeiros golpes antidemocráticos, como esses de eleições diretas e de Constituinte já, fórmulas artificiais, fora da realidade, elaboradas demagogicamente com fins pessoais ou de grupos açodados em chegar ao poder.

Greve dos metalúrgicos atinge a fase decisiva

Últimas cartadas na greve do ABC. Pág. 7



Foto: César Diniz

Professores em campanha por uma Apeoesp renovada

Em São Paulo a chapa Apeoesp Presente propõe uma entidade democrática, sem monopólio partidário. P. 6

Trabalho escravo para colheita de algodão na Bahia

Mais de 20 lavradores contratados no Vale do Iuiu desapareceram. Sobreviventes denunciam escravidão. P. 6



Foto: Arquivo TO

Violência no campo a mando do latifúndio

O saldo sangrento da disputa pela posse da terra no campo brasileiro. Página 10

Sarney telegrafa aos comunistas

No ato pela legalidade do PC do B foi aprovada mensagem desejando melhoras a Tancredo Neves. Agora o presidente Sarney enviou telegrama à Comissão pela Legalidade agradecendo:

EM MEU NOME E NO DO POVO BRASILEIRO, AGRADEÇO A AFETUOSA MENSAGEM DIRIGIDA AO DOUTOR TANCREDO NEVES, CORDIALMENTE.

JOSÉ SARNEY - PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EDITORIAL

Maré progressista

Há um ano atrás o Congresso Nacional, sob pressão das tropas do general Newton Cruz, rejeitava a emenda Dante de Oliveira que propunha as diretas já. Seis meses antes, também sob as medidas de emergência, o parlamento havia engolido o decreto 2.065, que arrochava os salários dos trabalhadores, por imposição do FMI. Agora, sob o vigoroso impulso de mudanças que anima os brasileiros, este mesmo plenário restaura as diretas em todos os níveis, concede o direito de voto ao analfabeto, abre as portas para a legalização do Partido Comunista do Brasil e todos os demais partidos mantidos na clandestinidade e aprova um elenco de medidas democráticas que remove - no terreno eleitoral - os casuismos forjados pelos generais para se perpetuarem no governo.

Não se trata apenas de recomposição de prerrogativas usurpadas pela ditadura - como o caso das eleições diretas. As mudanças em pauta avançam em questões até então inatingidas pelo processo democrático no país. É o caso do voto do analfabeto, acabando com discriminação odiosa que vinha sendo mantida como resquício da concepção feudal e escravista. O sistema por um lado impedia o acesso de milhões ao nível mínimo de escolaridade e por outro tratava estes trabalhadores - que produzem, pagam impostos, sofrem as consequências da incompetência e do desgoverno - como seres inferiores, que não sabem discernir e portanto não podem votar.

Da mesma forma é um passo adiante o direito de organização dos comunistas - que excepcionalmente existiu no curtíssimo período entre fins de 1945 e meados de 1947. De qualquer forma é preciso ser coerente com o preceito constitucional ora aprovado, impedindo que a nova lei orgânica dos partidos, a ser votada em breve, negue na prática este direito.

Os deputados e senadores são os mesmos de 1983 e 84. O regimento interno do Congresso

também é o mesmo. Mas as resoluções têm caráter diametral oposto. É que antes o povo permanecia amordaçado, enquanto o general Newton Cruz, por ordem do general Figueiredo, brandia sua chibata contra parlamentares e até contra cidadãos comuns que, em seus automóveis businavam protestando contra a ditadura. Hoje os brasileiros quebraram as amarras e afastaram os generais do governo. O clima imperante é o das mudanças. E sob, pressão desta avalanche, que se manifestou nos grandes comícios de milhões em 1984, a correlação de forças políticas no Congresso mudou.

Ainda está presente o conservadorismo - que de certa forma conseguiu emperrar por algum tempo o trabalho da Comissão do Entulho assim como tumultuar o processo de votação do "emendão" afinal aprovado. Mas cada parlamentar sabe que qualquer traição às promessas feitas por Tancredo Neves e discutidas pelo povo nas concentrações públicas será cobrada com juros pelos eleitores e combatida frontalmente nas ruas.

Apesar de um momentâneo refluxo das mobilizações, o que deu margem às manobras proteclatórias, o sentimento progressista do povo atua como o fator dinâmico da Nova República. A sessão do Parlamento que inaugurou as mudanças políticas tem valor histórico, embora represente apenas o primeiro passo numa grande jornada democrática.

Os sindicatos, as organizações populares e democráticas, os parlamentares comprometidos com a liberdade e com o progresso, a imprensa operária e popular têm pela frente uma grande responsabilidade: informar ao povo, esclarecer os complexos meandros da política nacional, combater as concepções reacionárias e conservadoras, empreender o melhor de seus esforços para ajudar a organizar e mobilizar os trabalhadores, para consolidar as vitórias e avançar nas transformações que a nação exige.

Há 40 anos os aliados derrotaram o nazi-fascismo

Há quarenta anos, em 8 de maio de 1945, o general Jodl assinava a rendição incondicional da Alemanha nazista. Esta terminada a 2ª Guerra Mundial, o maior conflito armado da história da humanidade, que durara seis anos. Porém esta vitória de significado histórico para a causa da democracia não eliminou de uma vez por todas a ameaça do fascismo e de novas guerras.

A guerra custou 60 milhões de vidas, entre combatentes e civis. As condições entre as maiores potências imperialistas, que já haviam causado a 1ª Guerra, entre 1914 e 1918, explodiram com a entrada em cena do revanchismo alemão e italiano. Fruto da crise econômica e diante do ascenso das lutas operárias, regimes fascistas ascenderam em ambos os países fazendo do anticomunismo, do racismo e da propaganda guerreira o centro da sua pregação política.

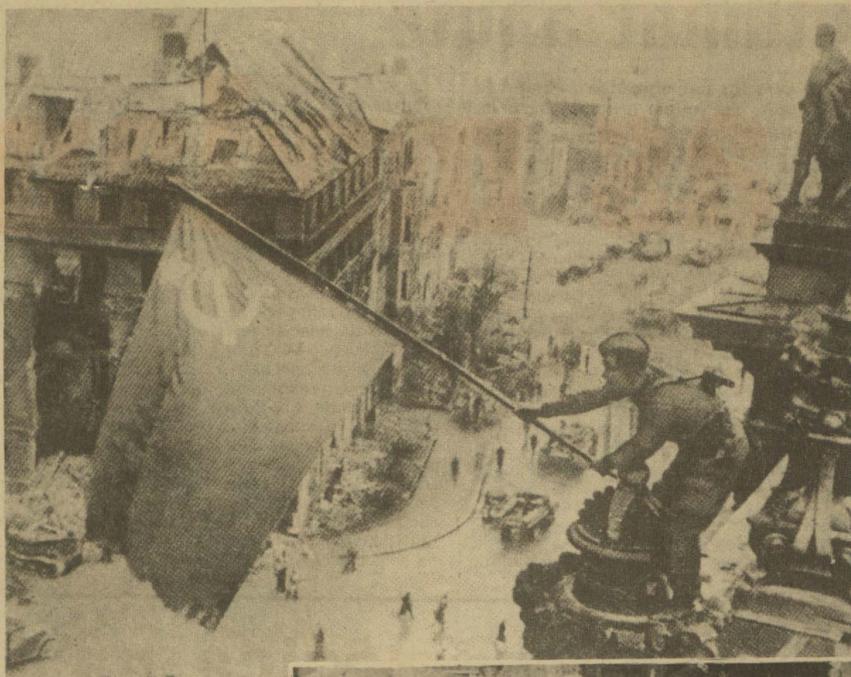
O desfecho do conflito, com a vitória total dos aliados, alterou profundamente a correlação de forças políticas, tanto em escala mundial como no âmbito interno dos diversos países. Se no final da 1ª Guerra surgiu o primeiro país socialista, a União Soviética, desta vez formou-se o chamado "campo socialista". Nove países da Europa Oriental instauraram regimes de democracia popular e orientação socialista; nos desdobramentos da guerra, também na Ásia governos populares subiram ao poder na China, no Vietnã e na Coreia.

As forças democráticas, anti imperialistas e progressistas aumentaram enormemente seu prestígio, principalmente os Partidos Comunistas. Em diversos países capitalistas, estas forças participaram dos governos de reconstrução formados no pós-guerra, num clima próximo de soluções revolucionárias. Foi o caso da Itália, França e, muito especialmente, da Grécia.

Linha de frente

Uma situação tão favorável à causa da democracia e do progresso resultou do papel de vanguarda que os democratas conseqüentes desempenharam nestes países, liderados pelos comunistas e pela União Soviética, dirigida então por Stálin. Foram estas forças que ergueram na Itália, França, Polônia, Albânia e nos países da Europa Oriental a resistência armada ao fascismo e à ocupação alemã. Foram os guerrilheiros maquis franceses e partisans italianos que garantiram grande parte do sucesso do desembarque da Normandia, que decidiu a luta na frente ocidental.

Dentre os países em guerra, por outro lado, nenhum contribuiu como a União Soviética socialista para a vitória sobre o nazi-fascismo. Sob a direção firme e hábil de Stálin, os soviéticos selaram o destino da guerra ao pararem os alemães em Stalingrado e iniciarem, em 1942, o contra-ataque arrasador às tropas de Hitler. Cada cidadão foi um soldado, 20 milhões de soviéticos deram suas vidas para libertar a pátria e a humanidade da tirania.



Com a tomada de Berlim pelos soviéticos, termina o reinado de terror nazi-fascista

Combate inconseqüente

Bem outra foi a atuação das potências imperialistas, os EUA, a Inglaterra e a França. Antes mesmo da guerra, em 1938, seus diplomatas haviam entregue a Hitler a Tchecoslováquia. Queriam fazer da Alemanha uma ponta de lança contra a URSS e terminaram permitindo que os nazistas agredissem indiscriminadamente a Europa. Foi só depois que o Exército Vermelho começou a contra-ofensiva no Leste, que os demais aliados invadiram a Europa pelo Oeste, correndo para Berlim na tentativa de antecipar-se às tropas soviéticas.

A maior preocupação dos imperialistas norte-americanos e ingleses era evitar que a derrubada do nazi-fascismo desse lugar a soluções radicais democrático-populares. Aprenderam com a experiência de 1917 e com o exemplo dos países do Leste que guerra e revolução são palavras que em determinadas circunstâncias andam bem juntas. Foi assim que a Inglaterra chegou a intervir militarmente na Grécia, onde os guerrilheiros dirigidos pelos comunistas estavam próximos da conquista do poder. Na Itália e França, reabilitaram colaboradores dos ocupantes para isolar internamente os verdadeiros combatentes antifascistas, que desde os primeiros dias pegaram em armas pela liberdade.

Perdão para nazistas

Foi na própria Alemanha, porém, que americanos e ingleses mais vergonhosamente traíram a luta contra o hitlerismo. Os acordos firmados entre os aliados em Potsdam, ao final da guerra, estabeleciam medidas para a desnazificação do país. Todas as propriedades, fábricas e bancos pertencentes a chefes ou colaboradores seriam expropriados; as terras, distribuídas aos camponeses; em seqüência a um plebiscito sobre estas medidas, seriam organizadas eleições livres para um governo nacional, excluído apenas o partido nazista.

A Alemanha fora dividida em 4 zonas de ocupação: americana, francesa, inglesa e soviética. Só nesta última os acordos foram cum-



pridos integralmente. Nas demais, depois de uma série de manobras políticas, os imperialistas proclamaram a República Federal da Alemanha, unilateralmente. Como resposta, a maioria esmagadora da população da zona soviética aprovou a formação da República Democrática Alemã, onde foi instaurado o regime democrático-popular, tendo à frente os comunistas.

Onde americanos e ingleses predominaram, a vitória ficou pela metade. Os antigos chefes nazi-fascistas foram reabilitados e tiveram sua condenação bastante amainada no Tribunal de Nuremberg, graças à intervenção das potências ocidentais. Foi sob sua inspiração que, contra a opinião pública alemã e mundial, reorganizou-se o exército da República Federal, em 1956.

Ameaça que paira

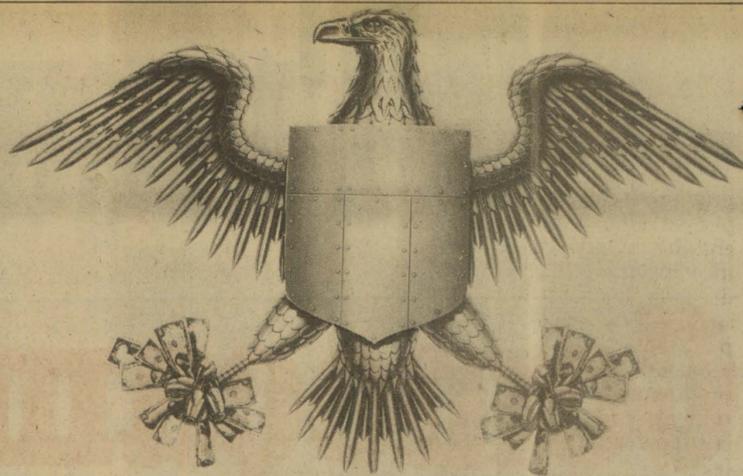
O fascismo não foi em definitivo superado historicamente em 45. O panorama da Europa de hoje mostra o melhor que qualquer tese. Estimulados pela crise, grupos neonazistas e neofascistas se organizam por todo o continente e mesmo nos EUA. Inspirados por seus mestres, semeiam o terror e o racismo contra os estrangeiros, além do anticomunismo. Praticam atentados terroristas, como a explosão do expresso Nápoles-Milão, na Itália, em dezembro passado. Mas também concorrem às eleições, como as de 1984, para o parlamento europeu, onde a Frente Nacional francesa obteve 11% das preferências e o Movimento Social Italiano, 7,2%. Ambos cresceram significativamente em comparação com os últimos anos.

Mas é na Alemanha, berço do nazismo, que a amea-

ça se faz mais presente. São mais de 150 os grupos neonazistas, que contariam com a cobertura de 50 editoras e gráficas. O mais importante destes, o NPD, concorre regularmente às eleições, apesar dos protestos dos democratas conseqüentes. Ainda por estes dias, ex-membros da SS e da guarda de elite de Hitler reuniram-se para "comemorar" a passagem da data.

O perigo está em que na atual coalisão de governo participam elementos notoriamente revanchistas, como Fraz Joseph Strauss, que não faz segredo de suas intenções: reunificar o país; reconquistar territórios cobichados na Polônia (Silésia) e Tchecoslováquia (Sudetos); rearmar até os dentes o exército alemão.

O episódio recente da homenagem de Reagan aos soldados da SS (ver TO anterior) é um sinal vivo de que a luta contra o fascismo não está encerrada, ao menos por enquanto. Ali, onde sente a ameaça do movimento operário, a burguesia não hesita em recorrer aos seguidores de Hitler e Mussolini, como bem demonstra a história recente da América Latina. Por trás de um suposto "gesto de reconciliação", o que Reagan faz é tentar passar o massacre perpetrado por Hitler e seus iguais como coisa do passado. A classe operária e os povos do mundo, vítimas maiores e alvo principal do nazi-fascismo, não esquecerão jamais os crimes cometidos contra a humanidade nesta triste página da História. Ao celebrar os 40 anos da vitória das forças democráticas, renovam o compromisso de luta para que os horrores da 2ª Guerra jamais se repitam. (Silvio Queiroz)



Repúdio ao boicote econômico dos EUA contra a Nicarágua

Teve início, dia 7, o embargo econômico dos EUA contra a Nicarágua. Reagan, derrotado em seu objetivo de injetar mais dólares na agressão contra-revolucionária, apela para o aumento das pressões econômicas contra o sandinismo. A medida recebeu o repúdio imediato dos povos e de vários governos do mundo, inclusive do Brasil.

Mesmo aliados fiéis da Casa Branca, como os governos da Alemanha Ocidental, Inglaterra e França, condenaram o embargo econômico contra a Nicarágua. Na América Latina, só os governos fantoches, mantidos pelas armas e pelos dólares ianques, como os de El Salvador e Honduras, apressaram-se em apoiar o gesto tresloucado de Reagan. Os países que integram o chamado Grupo Contadora — que procura amenizar as relações entre EUA e Nicarágua — foram unânimes em condenar o cerco econômico. O Brasil emitiu nota afirmando que "não apóia a adoção de sanções unilaterais, em discordância com os princípios do Direito Internacional".

O imperialismo ianque não esconde seu objetivo de derrubar a qualquer custo o governo de Manágua. Desde a tomada do poder pelos sandinistas, em 1979, apela para pressões militares, econômicas e políticas contra o povo do pequeno país da América Central. Para Washington é intolerável que um país latino-americano seja soberano, que não obedeça cegamente a seus ditames.

Com o boicote econômico, foram suspensos todos os negócios comerciais entre EUA e Nicarágua. O tráfego aéreo e marítimo entre os dois países foi suspenso.

GOLPER A NICARÁGUA

A medida visa golpear a combalida economia nicaragüense, já castigada pelas constantes pressões ianques. As diferentes agressões do governo Reagan — que vão do corte de importações de produtos nicaragüenses à colocação de bombas em águas territoriais do país de Sandino — já custaram ao pequeno país centro-americano 700 milhões de dólares. Além disso, somente em 1984, os mercenários financiados pela CIA contra os sandinistas destruíram 30% da safra de café, o principal produto de exportação do país. Os EUA também bloquearam um empréstimo de 58 milhões de dólares, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento ia conceder a Manágua. E desde 1982 o Banco Mundial não financia um só projeto nicaragüense.

Com o boicote, essa situação se agrava. Os EUA eram o principal parceiro comercial nicaragüense, comprando 20% dos produtos comercializados no exterior (em 84, as exportações para a América do Norte foram de 57 milhões de dólares, e as importações superaram os 110 milhões de dólares). Com o embargo, foi suspenso o embarque de 300 mil dólares em produtos químicos, encomendados em caráter de urgência pela Nicarágua, para a produção de remédios infantis.

O presidente Daniel Ortega, da Nicarágua, classificou o boicote de "política agressiva e irracional", e disse que ele "será provavelmente acompanhado de uma ação militar". E seu país anunciou que poderá suspender o pagamento de uma dívida de 2 milhões de dólares que tem com os EUA, em represália à agressão econômica ianque.

OPINIÃO

Uma arma dos imperialistas

O embargo comercial à Nicarágua promovido pelo arqui-inimigo dos povos Ronald Reagan, é uma velha arma imperialista, usada pelas superpotências sempre que vêm prejudicados os seus intentos anexionistas e colonialistas.

No início dos anos 60, quando Cuba vivia ainda sob o impacto das medidas antiimperialista do período revolucionário, os EUA deram início ao embargo comercial da ilha, seguido de posteriores medidas de sabotagem e boicote.

Em 1962, durante a chamada "crise dos mísseis", o governo de Washington realizou o bloqueio naval à ilha e impôs à OEA a resolução de expulsar Cuba de suas fileiras.

A outra superpotência, o socialimperialismo soviético, também é useira e vezeira na tentativa de impôr embargo econômico e militar a quem não reza pela sua cartilha. Em 1961 a URSS rompeu unilateralmente todos os acordos econômicos, comerciais e militares com a Albânia Socialista e suspendeu inopinadamente todos os créditos anteriormente acordados com este país. Fez parte do boicote a retirada de toda a ajuda técnica e científica, bem como a retirada de todos os técnicos e especialistas soviéticos em serviço na Albânia e a expulsão de todos os estudantes albaneses que faziam cursos na URSS.

O então chefe do socialimperialismo soviético, Nikita Krushev, chegou mesmo a tentar dobrar a Albânia pela fome, suspendendo o fornecimento de trigo.

Houve também a tentativa do bloqueio militar, com a tentativa da ocupação da base naval de Vlora no litoral sul da Albânia e o confisco de oito submarinos de propriedade albanesa naquela base, assim como de navios de guerra da marinha albanesa que estavam em reparação em Sebastopol.

Muitos outros episódios poderiam ser lembrados para ilustrar as tentativas do imperialismo de subjugar os povos através do cerco, do bloqueio, do embargo e da sabotagem. Esta arma, porém, se torna inútil e até contraproducente para os que a acionam, quando os povos revelam unidade e energia no combate aos seus inimigos de morte.

Comunista colombiano torturado até a morte



Guillermo, líder camponês

O Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista) está denunciando o assassinato de Guillermo Quiroz Tietjen, um de seus dirigentes regionais, liderança do movimento camponês do país. "Seu corpo sem vida e selvagemmente torturado foi encontrado na estrada Cartagena-Barranquilla, 36 horas após ter sido raptado

de sua casa em San Jacinto por quatro agentes do regime armados com metralhadoras, na manhã de 13 de abril", informa o comunicado.

Quiroz ingressou no PCC (m-l) em 1972. Devido à sua ação no movimento camponês, foi eleito membro do Comitê Nacional pró Asso-

ciação dos Trabalhadores Agrícolas da Colômbia.

A notícia da morte de Quiroz causou imediata manifestação de protesto. Milhares de homens humildes do povo realizaram o enterro simbólico do combatente comunista assassinado e realizaram um ato político diante de seu túmulo.

Leia o marxismo-leninismo

Manifesto Comunista (Marx-Engels)	Cr\$ 5.000
Liberdade de Imprensa (Marx)	Cr\$ 14.000
Formações Econômicas Pré-Capitalistas (Marx)	Cr\$ 13.000
Dialética da Natureza (Engels)	Cr\$ 20.900
Anti-Dühring (Engels)	Cr\$ 21.000
Origem da Família, Estado e Propriedade Privada (Engels)	Cr\$ 29.000
O Estado e a Revolução (Lênin)	Cr\$ 19.000
Trabalho do Partido entre as massas (Lênin)	Cr\$ 10.000
Sobre os sindicatos (Lênin)	Cr\$ 10.000
O marxismo e os problemas nacional e colonial (Stálin)	Cr\$ 10.000
Princípios fundamentais do marxismo (Plekhanov)	Cr\$ 12.500

Centro de Documentação e Memória
compra. Av. Brig. Luís Antônio, 317, sala 43, CEP 01317, São Paulo, SP, fone 37-0689

Fundação Maurício Grabois

Teve início a remoção do entulho

A Nova República deu o primeiro e importante passo para a efetiva remoção do entulho autoritário deixado pelo regime militar. Na madrugada de quinta-feira passada, o Congresso aprovou, por ampla maioria de votos, a emenda Constitucional do presidente Sarney que institui uma série de alterações de sentido democrático na legislação.

As principais modificações introduzidas pelo "emendão" são as seguintes:

- Restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, que ocorrerão em dois turnos;
- Eleições para prefeitos das capitais, estâncias hidromineiras, áreas até então caracterizadas como de segurança nacional e municípios dos territórios do Amapá e Roraima;
- Legalização dos partidos clandestinos;
- Direito de voto para os analfabetos;
- Autonomia política parcial para o Distrito Federal, que terá representação na Câmara Federal e no Congresso;
- Eliminação da fidelidade partidária;
- Extinção do voto distrital;

Além de cumprir um dos compromissos firmados durante a campanha da Aliança Democrática, sepultando definitivamente o Colégio Eleitoral, a emenda aprovada é extremamente positiva na medida em que avança no sentido da democratização do país. No entanto, alguns pontos ainda deixam a desejar.

No que diz respeito à organização dos partidos políticos, embora tenham sido estabelecidas normas mais liberalizantes que permitem a legalização de todos os partidos, o texto da emenda ainda mantém certas normas que podem ser utilizadas futuramente por forças reacionárias para impedir o funcionamento dos partidos.

Além disso, a emenda estabelece os percentuais mínimos de votos necessários para que os partidos tenham representação parlamentar, o que se constitui numa limitação concreta. Esse percentual passa a ser de 3% dos votos do eleitorado em pelo menos cinco Estados com o mínimo de 2% do eleitorado de cada um desses Estados, preceito que prejudica sensivelmente os pequenos partidos.

A emenda não permite que os atuais prefeitos indicados possam disputar o pleito de 15 de novembro, numa evidente discriminação antidemocrática. Quanto à representação política do Distrito Federal, não se permite, ainda, a eleição direta do governador nem se introduz representação municipal com a criação de uma Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores.

Uma última limitação do texto da emenda acabou sendo derrubada no plenário, apesar da má vontade da liderança do PMDB e, principalmente, das articulações de bastidores dos deputados ligados ao chamado Partido "Comunista" Brasileiro. No artigo 79, a emenda previa que os partidos políticos em formação só poderiam disputar as eleições municipais de novembro se até a data da sua aprovação tivessem apresentado à Justiça Federal os documentos básicos exigidos para a sua organização, coisa que, entre os partidos em organização e legalização, apenas a Frente Liberal e o P"CC" B já fizeram. No entanto, o plenário derrubou essa formulação.

Por pouco, a aprovação dessas importantes alterações não foi prejudicada por um grupo de deputados liderados pelo paulista Roberto Cardoso Alves. Esse grupo provocou tumulto e ameaçou não dar quórum para a aprovação da emenda caso a liderança do PMDB não permitisse a votação da proposta aumentando para um ano o prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos federais de primeiro e segundo escalão que queiram disputar as eleições parlamentares de 1986. (da Sucursal).



Nas galerias do Congresso Nacional populares protestaram contra a restrição aos atuais prefeitos, que não poderão disputar as eleições convocadas para 15 de novembro.

Sarney assume a iniciativa

O presidente José Sarney revela a cada dia que não se deixou abater pela situação adversa em que foi conduzido à chefia do governo. No discurso do dia 7, diante dos ministros e transmitido à nação, ele afirmou categoricamente: "Exercerei a Presidência da República na plena autoridade que me concede a Constituição". Nesta mesma data enviou ao Congresso a proposta (aprovada) restabelecendo as eleições presidenciais diretas.

A proposta de Sarney, além de contemplar uma legítima aspiração popular, liquidando de vez o já falido Colégio Eleitoral, desarmou as articulações de bastidores forjadas pelo PDS com respaldo do PDT e do PT. Sob o pretexto de que era necessário marcar imediatamente as eleições para a Presidência, a manobra fixava desestabilizar o governo, buscando uma brecha para restaurar a desmoralizada tese do mandato tampão, com eleições em 1986 ou mesmo em 1985. Além disso, usando esta desculpa, tentava-se impedir o andamento das reformas constitucionais de emergência. O pior é que esta trama contava — às escondidas — com a simpatia de setores dentro da própria Aliança Democrática, presos a interesses menores e ambições pessoais. A iniciativa de Sarney frustrou estes planos e ainda deixou claro que o presidente pretende fortalecer a Constituinte, incumbida de marcar a data das eleições e já contendo com a sugestão de reduzir o mandato presidencial para quatro anos.

O discurso de Sarney não poupa críticas ao regime anterior, mostrando que "o governo perdeu a arrogância da infalibilidade" e que "a economia nacional não pode mais ser compelida a assumir prejuízos provocados pela incompetência, pela desídia ou pelos cri-



Diante de todos os partidos (exceto PT), Sarney assina proposta das diretas

mes dos que administram recursos de terceiros". Ao mesmo tempo aponta de forma direta as grandes dificuldades herdadas dos 21 anos de regime militar: um déficit público da ordem de 85 trilhões de cruzeiros e uma dívida externa de 92 bilhões de dólares a médio e longo prazo, além de 12 bilhões a curto prazo.

Diante deste quadro, o presidente já deu uma nova ênfase no tratamento com o FMI — ainda que muito distante daquilo que o povo espera. Ele afirmou que "os credores têm que reconhecer que não podemos parar de crescer". E mostrou que não há como pagar a dívida no ritmo que vem sendo imposto. É preciso, disse ele, buscar novos "prazos e condições compatíveis com as exigências do desenvolvimento".

Direito de greve
Em relação aos movimentos grevistas, embora afirmando que em alguns casos possam existir "algum exagero nas reivindicações", assinalou que "na medida em que conseguirmos impor disciplina à economia o recurso à greve, direito dos que trabalham, certamente será cada vez menor". De fato, os trabalhadores não embar-

cam na aventura dos que querem desestabilizar o governo. Mas também não pensam que passando fome ou abrindo mão de seus direitos elementares ajudem a construir qualquer tipo de democracia. Eles lutarão por suas reivindicações ao mesmo tempo em que ajudarão a Nova República a promover mudanças — e a criticar sempre que se curvar às pressões conservadoras ou reacionárias.

José Sarney prometeu ainda convocar brevemente a Assembleia Constituinte: "O governo estimulará amplo debate nacional sobre a futura Constituição, de modo a preparar a Nação para promulgá-la em clima de liberdade e participação de todas as forças políticas, sem exclusão de ninguém".

O presidente inaugurou ainda um novo modo de governar, ouvindo todas as forças políticas. Ele anunciou que iniciará, imediatamente, "consultas com vistas à formulação de um projeto político integrado para a Nova República". O povo tem idéias e espera de fato ser ouvido para tirar o país da grave crise em que se encontra.

Vitória de enorme significado para a democratização

A reforma constitucional votada pelo Congresso na madrugada desta quinta-feira foi uma vitória de enorme significação democrática. Além de varrer com a figura odiosa do Colégio Eleitoral indireto e vários outros "entulhos" deixados pela ditadura militar, rompeu também com sérias limitações que mutilavam desde antes a democracia no Brasil.

Um exemplo que merece destaque é o da cassação do direito de voto dos analfabetos, que deixa de existir a partir de agora. Não se tratava propriamente de um "entulho" criado pela ditadura, pois vigorava desde antes mesmo da proclamação da República. E no entanto foi posto abaixo, sob o impulso da maré democratizante que tomou conta do país, concedendo a mais de 20 milhões de brasileiros o direito de voto.

É verdade que algumas limitações permaneceram. Os analfabetos conquistaram o direito de eleger mas não o de serem eleitos. Os cabos, marinheiros e soldados continuam privados dessa prerrogativa elementar, enquanto os oficiais desfrutam dela. Manteve-se, também, a deformação no número de deputados que representa cada Estado da Federação, prejudicando os grandes centros urbanos e industriais, mais avançados politicamente, para inchar a representação das áreas mais controladas pelo latifúndio, mergulhadas no atraso e nos vícios do voto de cabresto.

Isto porém são limitações dentro de uma grande vitória. Naquela madrugada começaram, finalmente, a remover no plano institucional a estremeira deixada pelo regime de 1964. E as forças da democracia e do progresso, da classe operária e do povo só podem se alegrar com o fato.

A REAÇÃO NA DEFENSIVA

Criou-se uma nova correlação entre as forças em luta no país, e também dentro do Congresso. Foi o que ficou muito claro durante a votação da emenda. As forças da reação, pode-se dizer, estão com a espinha dorsal quebrada ou pelo menos dobrada. Seu braço militar teve de recolher-se aos quartéis. E seu braço parlamentar, depois de repetidas derrotas, foi incapaz de agir segundo uma estratégia global eficaz. Os parlamentares da direita e da ultra-direita



Opinião Parlamentar
JOSÉ LUIS GUEDES
Deputado Federal - PMDB-MG

acaudilhada por Paulo Maluf bem que tentaram jogar na confusão. Buscaram o impasse. Investiram no tumulto. Ameaçaram sair do plenário, ainda que isto inviabilizasse a votação. Na impossibilidade de expor às claras seus verdadeiros desígnios, empregaram o artifício de esconder-se atrás da emenda Cardoso Alves. Ficou provado assim que o conservadorismo ainda dispõe de recursos, sobretudo quando está a cavaleiro de interesses mesquinhos e consegue jogar com eles. Porém a emenda Cardoso Alves, votada às 3:30 da madrugada, não passou. A direita, vencida pelo próprio conteúdo das reformas aprovadas, teve de amargar também esta dolorosa derrota no ponto em que concentrara todas as suas forças e esperanças.

AS ELEIÇÕES DE 85

O movimento democratizante, depois de ultrapassada esta batalha, tende a ganhar impulso ainda maior. Varrida a primeira parte do "entulho" ditatorial, entra na ordem do dia a luta para completar a limpeza, na Constituição e na legislação ordinária, preparando uma Assembleia Nacional Constituinte que seja de fato livre e soberana. E entra também na ordem do dia, com força, a campanha para a eleição, agora direta, dos prefeitos das capitais e municípios ex-de "segurança nacional".

Já na quarta-feira à noite, quando começou a votação no Congresso, respirava-se um clima de campanha eleitoral - com faixas e manifestações nas galerias. Nos próximos dias, esta mesma atmosfera deve contagiar os principais centros políticos, onde se concentra mais de um terço do eleitorado do país. E nestas e outras batalhas de uma vez por todas, os socialcheiros restos da ditadura de 64.

Garantidos direitos do PC do B

Numa noite de votações decisivas, uma das vitórias democráticas mais expressivas foi a que garantiu ao Partido Comunista do Brasil condições de se organizar legalmente e inclusive concorrer às eleições deste ano para a Prefeitura das capitais e antigas "áreas de segurança". Esta última prerrogativa estava proibida, de acordo com o texto original do projeto de emenda, que só deixava participar das eleições os partidos que já tivessem apresentado pedido de registro — concretamente o PFL e o P"CC" B. O PC do B, que ainda não apresentou pedido de registro por não aceitar as normas de organização partidária impostas pela ditadura militar, ficaria impossibilitado legalmente de concorrer.

Para corrigir a discriminação foi apresentado um destaque suprimindo o texto restritivo e garantindo os mesmos direitos a todos os "partidos políticos em formação", independente da data em que apresentem seu pedido de registro. E o deputado João Gilberto (PMDB-RS) fez uma declaração formal ao plenário do Congresso, esclarecendo que a forma

original não permitiria que o PC do B apresentasse candidatos.

Em resposta, ouviram-se no plenário gritos de "Legalidade para o PC do B!" — e a votação terminou sendo uma das mais expressivas da sessão: apenas 14 votos contra o destaque. Quem não gostou foi a representação parlamentar do partido revisionista de Giocundo Dias, que se movimentara



João Gilberto: contra discriminação

nas sombras para manter a todo custo a restrição ao PC do B.

NOVOS OBSTÁCULOS

A emenda constitucional, contudo, não significa ainda a vitória da plena liberdade de organização partidária. De um lado, mesmo o novo texto da Constituição ainda permite tergiversações como a que elevou à cassação do registro do Partido Comunista em 1947. E por outro, ficou ainda por ser reformada a lei ordinária que rege o funcionamento dos partidos.

O desejável seria que simplesmente não existisse lei ordinária, mas apenas o princípio constitucional consagrando a livre organização dos partidos. Mas já que se insiste na necessidade de manter uma lei, espera-se que seja de fato democrática e não incorpore ao seu texto os inadmissíveis dispositivos tuteladores da legislação atual. Em especial, é preciso que não se imponham, a partir de bitolas prefixadas, restrições à estruturação e funcionamento de cada partido segundo seus próprios princípios e normas. É o eleitorado que julga os partidos e suas

Foto: Narcise Szymanski

Foto: Moreira Mariz

Foto: Moreira Mariz

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA
União Nacional
Grupos

Dornelles desafinado com os rumos da Nova República

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, mostrou que não está em sintonia com os interesses do povo, durante a longa exposição que fez quarta-feira, na Câmara Federal, sobre a grave crise econômica do país e as medidas que pretende adotar para superá-la. A reação de grande número de deputados foi exigir sua imediata substituição.

Dornelles referiu-se ao enorme déficit de caixa do Tesouro, de Cr\$ 84,9 trilhões, fruto dos descalabros da política econômica do governo Figueiredo, e enumerou algumas das iniciativas que deverão ser adotadas para enfrentá-lo. Falou também sobre a dívida externa, o relacionamento com o FMI e as "medidas de emergência" contra a fome e o desemprego.

As propostas que apresentou caracterizam-se, de um lado, pela timidez e, de outro, pelo conteúdo conservador. Constituem uma aceitação implícita do receituário imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Para combater o déficit público, por exemplo, a saída, segundo o ministro estaria principalmente na redução das despesas, combinada com o aumento da tributação, emissão de moedas, aumento da dívida interna e corte parcial do subsídio sobre o trigo e o açúcar. Essas alternativas, se concretizadas, poderão frear ainda mais as atividades produtivas, inviabilizando a propalada retomada do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, resultariam em injustificável aumento do custo de vida, agravando ainda mais a situação dos trabalhadores (o corte do subsídio sobre o trigo e o açúcar acarretarão a alta de preços desses produtos e derivados).

O ministro sequer chegou a contemplar a possibilidade de congelar a dívida interna, que só em juros exigirá um dispêndio de Cr\$ 15,9 trilhões este ano - e vem enriquecendo o grande capital e os especuladores, possibilitando ganhos de até 40% acima da inflação.

Há que se ressaltar, ainda, que em grande parte o déficit anunciado é composto por subsídios e incentivos à exportação e ao gigantesco esforço para pagar a dívida externa.

Dornelles afirmou que não se deve abrir mão dos subsídios à exportação e, ao mesmo tempo, propôs "iniciar imediatamente estudos para reduzir a carga tributária sobre os produtos de exportação". As mudanças no sistema tributário, às quais referiu-se genericamente, pelo visto não propõem muito ônus para o capital.

Afirmou enfaticamente que o Brasil "não pode romper com o FMI", pretensão que, em sua opinião, é "romântica". Em compensação, desfiou um rosário de argumentos para justificar o modelo dependente e atrelado aos interesses dos banqueiros internacionais.

Nem tudo, contudo, foi negativo na explanação feita por Dornelles. Foi anunciado o estudo de medidas para impedir a corrupção do sistema financeiro, punir os responsáveis pelos rombos, aumentando a eficiência dos procedimentos de apuração das infrações neste campo e adotando um controle mais rigoroso sobre os bancos.

O ministro reconheceu que poderá haver mudanças na orientação da política econômica. Porém, numa posição insustentável dentro da Nova República, descartou a possibilidade de que o Congresso discuta e reveja os acordos com o FMI. Ora, os representantes eleitos pelo povo têm todo o direito e, mais que isto, têm o dever de debater este assunto, que diz respeito à soberania nacional.

Garnero não teve como negar a roubalheira

Na semana passada o empresário Mário Garnero foi interrogado pelo juiz da 11ª Vara da Justiça Federal, Sival Antunes de Souza, sobre o clamoroso escândalo no Brasilinvest. Mais do que se defender, o presidente executivo daquele banco buscou diluir sua culpa nas fraudes, acusando outros empresários de participação e conivência.

No Brasilinvest foi provocado um rombo de Cr\$ 340 bilhões, valor que pode ascender a Cr\$ 1 trilhão com a correção monetária. Mas as operações irregulares, conforme Garnero, ocorreram com o conhecimento e a concordância da diretoria executiva do banco, formada por Antonio Teixeira Bampa, Roberto Manara Ferreira e Roberto Lara Nogueira, bem como dos membros do Conselho de Administração, que incluí o presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, o presidente da Va-

rig, Hélio Smitdt, o publicitário Mauro Salles, o empresário Neston Chiapariní e o banqueiro Teófilo de Azevedo Santos.

A fim de minimizar ainda mais sua responsabilidade, Garnero assegurou que todo o sistema financeiro funciona de forma irregular no Brasil: "Apenas 10% das aplicações têm liquidez".

Mas a situação do empresário e dos outros três acusados (Arlindo de Carvalho Pinto Neto, Antonio Pavesi e Osmar Antonio Oliveira) complicou-se ainda mais após os primeiros interrogatórios na Justiça. O depoimento de Antonio Pavesi, por exemplo, confirma as denúncias da Procuradoria Geral da República. Pavesi, que teria sido garçon na casa de Mário Garnero, tornou-se "proprietário" de seis empresas "fantasmas" beneficiadas com empréstimos de Cr\$ 88 bilhões do Brasilinvest. Ele declarou ao juiz Sival Antunes que suas "empresas", todas com capital inexpressivo, não tinham limites de crédito no banco porque ele era "bem conhecido" de Garnero, que, aliás, é responsável pela criação e extinção de 60 firmas "fantasmas" só no ano de 1984, segundo a Procuradoria.

Ficou comprovado também que Cr\$ 125 bilhões emprestados pelo banco a empresas desse mesmo estilo, fundadas por Osmar Antonio Oliviere, foram posteriormente transferidos para outras firmas de Garnero.



Garnero: empresário fantasma

Para as forças progressistas é evidente a necessidade de alterar o rumo que Dornelles pretende imprimir à economia, ainda que para tanto seja necessária a substi-

tuição do ministro. Isto, contudo, só será possível através da mobilização popular e da ação firme e unitária de todas as forças comprometidas com a mudança.

Novo governo assimila as greves

A onda de greves dos últimos dias evidenciou que o novo governo não pretende imitar a ditadura fardada — que tratava como "caso de polícia" os inevitáveis conflitos entre o capital e o trabalho. Afora um ou outro incidente, as lutas puderam, fluir com liberdade. Mas houve ainda vozes desafinadas, dentro do próprio governo, clamando por repressão...

Dois testemunhos ajudam a ilustrar a mudança. Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, e membro da direção nacional da CUT, declarou que "o tratamento que as autoridades vêm dando à greve é sensivelmente melhor do

que em anos anteriores". E o jornal "O Estado de S. Paulo", que moveu uma furibunda campanha em suas páginas contra os trabalhadores em luta, confirmou a mudança ao abrir baterias também contra os governos de José Sarney e Franco Montoro,

Foto: Arquivo TO



Pazzianotto (esq.) entendeu os novos tempos; José Hugo não.

acusando-os de "administrar" as greves "a serviço não da comunhão social, e sim da baderna, da desunião, do ódio entre as classes".

ATITUDES DISCORDANTES

A figura que passou a personificar essa nova atitude, democrática, é a do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto - que conhece bem o lado dos trabalhadores nos enfrentamentos com o capital, por ter sido advogado sindical em momentos tão críticos como o da greve de 41 dias dos metalúrgicos de São Bernardo, em abril-maio de 1980. O próprio presidente José Sarney reconheceu, explicitamente, o direito de greve.

Porém, se foi esta a atitude prática que prevaleceu, houve os desejosos de mudar o mínimo na velha política do "caso de polícia", destacando-se por seu zelo o ministro-chefe da Casa Civil,

José Hugo Castelo Branco, único titular do Ministério filiado ao PTB. Usando a mesma linguagem caduca da ditadura militar, José Hugo apareceu de dedo em riste, vociferante. "O governo - disse - observará a lei e não admitirá tentativa de desordem que ameace a estabilidade do pacto social"; "As autoridades não podem ficar de braços cruzados diante de uma reação em cadeia"; "Se a lei não for respeitada, teremos o caos, a desordem e a baderna".

Cumprir mencionar que a lei invocada no caso é o decreto-lei antigreve baixado pelo general Geisel em 1978, que precisa ir o quanto antes para o museu de antiguidades da ditadura. Na transição democrática, o que se espera e exige do governo é precisamente que deixe fluir livremente a contradição entre o capital e o trabalho, sem jogar a polícia em auxílio aos patrões.

Corruptos derrotados no governo do DF

A designação do ex-ministro da Cultura, José Aparecido, para o governo do Distrito Federal, foi vista

como uma vitória dos setores democráticos e progressistas da capital, que a absorveram como uma solução criativa

do presidente José Sarney frente ao impasse na sucessão brasiliense.

A escolha acabou adiada por um mês e meio, tal o clima de guerra que vinha desde as vésperas da doença de Trancredo Neves. De um lado ficou a ampla maioria do PMDB-DF, cujo Diretório Regional aprovava por 43 votos contra sete uma lista de candidatos do partido. Do outro, a minoria, reunindo oportunistas de extrema direita, o MR-8 e empresários mafiosos, alarmados com a perda da mamata que tinham há 21 anos, e que deu apoio ao ex-deputado Carlos Murillo.

José Aparecido, que foi cassado pelo regime militar,

sempre teve boas relações com os setores progressistas, sobretudo em sua gestão como secretário da Cultura de Minas Gerais. E não é comprometido com a corrupção que imperou em Brasília durante a ditadura.

Um sinal do acerto da decisão foi a resistência dos grupos que apoiaram Carlos Murillo, que continuam a dar mostras de inconformismo. E há ainda um ganho adicional: verificando que sua influência está em baixa na Nova República, tais grupos, que sempre se opuseram a eleições diretas para governador do Distrito Federal, mudaram de ideia e já estão levando posição pró-diretas a José Sarney. (da sucursal)



Moradores do DF: agora, a esperança do fim das mamatas



Foto: Arquivo TO

Juraci (à esquerda), com Lula e o prefeito Gilson: punido "pero no mucho"

Novo escândalo na rota do "Diademagate"

No início deste mês o prefeito de Diadema, Gilson Menezes, do Partido dos Trabalhadores, demitiu por corrupção seu diretor de Gabinete, Juraci Magalhães, que é primeiro suplente de deputado estadual do PT. Este gesto confirmou a existência de escândalos e abusos mal explicados na administração petista, embora haja outras podridões a descoberto (como a utilização de material e funcionários da Prefeitura para reformar a sede nacional do PT) que continuam impunes.

Até há pouco tempo, Juraci Magalhães desfrutou da total confiança e intimidade de Gilson Menezes e mesmo do presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Um dos seus últimos atos na Prefeitura foi simulação de um

acidente automobilístico no dia 28 de dezembro para receber o reembolso da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosep), no valor de Cr\$ 1,3 milhão, sobre danos que ele mesmo havia provocado num automóvel Parati uma semana antes. O suplente de deputado do PT também providenciou para que a própria Prefeitura Municipal arcaasse com as despesas de reparo do carro - e envolveu a administração e outros funcionários na tramóia, entre eles o motorista do prefeito, José Carlos Barbosa.

Mesmo demitido, Juraci não perdeu a amizade de Gilson: os dois foram vistos juntos no Clube Transatlântico, saboreando lagostas e uísque da melhor qualidade numa recepção oferecido pelo industrial Heinz Berger.

Você pode ajudar a Tribuna Operária

Caro leitor: a questão chave para uma transição efetivamente democrática no país é a mobilização popular. A Tribuna Operária é um instrumento que, orientado pelas concepções da classe operária, coloca-se a serviço das massas trabalhadoras para acumular experiência, deslindar os complexos problemas políticos da realidade nacional e colaborar na formação de uma opinião pública progressista.

Nenhuma classe pode interferir nas transformações sociais e políticas do país sem dispor de uma imprensa com razoável penetração popular. A atual campanha "Nova República" da Tribuna Operária visa ampliar a tiragem, dar uma base de sustentação material mais sólida e melhorar a qualidade

do jornal.

Você, que já é leitor ou assinante, pode ajudar em muito, apresentando o jornal a seus amigos, obtendo a assinatura de alguns, incentivando a venda do jornal no seu lugar de trabalho e de moradia. E mandando críticas e sugestões para a Redação. Se você ou algum conhecido estiver interessado num "bico" para ganhar algum dinheiro ajudando a imprensa operária, estamos oferecendo uma ajuda de custo e comissão sobre as assinaturas feitas. Basta procurar qualquer uma de nossas sucursais.

No início da campanha, o Acre e Paraíba já elevaram a suas cotas de vendas em 25% e Alagoas em 33%. É um bom começo. Mas só o começo.

Prisões eram ilegais mesmo

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, considerou ilegais todas as prisões, realizadas dia 26 de outubro de 1984 em Salvador, de integrantes da Comissão pela Legalidade do PC do B e colaboradores da Tribuna Operária na Bahia. Na oportunidade a Polícia Federal invadiu casas, entidades e editoras sequestrando cerca de dez pessoas.

O parecer do procurador Sepúlveda Pertence foi dado no pedido de arquivamento no inquérito instaurado contra o jornalista Fernando Escáriz, com base na Lei de Imprensa, por ele ter criticado em matéria a atuação da PF, denunciando as prisões como "sequestros" e os autores como "delinquentes oficiais".



Foto: Miriam Fichtner

Secundaristas gaúchos formam núcleo pela legalidade do PC do B

Jovens pelo PC do B legal

Em ato que reuniu secundaristas de 19 escolas de Porto Alegre, foi lançado na Assembléia Legislativa gaúcha o Núcleo Secundarista pela Legalidade do PC do B. O professor Odinei Gonçalves, representante do Centro dos Professores, afirmou que "esta luta vai ao encontro daqueles que querem liberdades democráticas no país". Waleska Von Hoonholtz, pre-

sidente do Setor Jovem Metropolitana, lembrou que "tem satisfação de ver pessoas jovens dispostas a fazer um Brasil melhor". O estudante Cesar dos Santos, do Colégio Júlio de Castilho, defendeu que "os núcleos pela legalidade nas escolas fortalecem a luta pela democracia". O ato contou com a presença de diretores da UBES, UEE e UJS. (da sucursal)

PF persegue vereador gaúcho

O vereador de Porto Alegre Valneri Antunes, do PDT, não pode portar armas por ter sido punido pela ditadura militar em 1971. O vereador foi comprado um revólver. Foto: Antunes e o gerente da empresa negociou-se a vender-lhe o produto. Chegou mesmo a mostrar-lhe documentos originários da Justiça Militar, inclusi-

ve um mandado de prisão e um relatório da Polícia Federal sobre suas atividades políticas. O vereador denunciou que "a comunidade de informações está intacta e ainda se dá ao luxo de dizer que um vereador não tem o direito de portar uma arma". Ironia completa: "Eu pensei que tinha sido anistiado..."

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Entraves à democracia

As grandes manifestações populares foram decisivas para a derrota dos generais na batalha sucessória. Mas cada dia fica mais evidente que esta mobilização deve prosseguir, para varrer a herança autoritária da ditadura. A lentidão conservadora com que o Congresso trata as reformas constitucionais de emergência mostra que sem a participação do povo as mudanças podem se transformar em conchavos, onde predominam os interesses subalternos dos grupos das classes dominantes.

MUDANÇAS AMARRADAS

Há cerca de dois meses que a chamada "Comissão do Entulho" se debate em considerações intermináveis, sem que, na prática, as emendas prometidas e esperadas com ansiedade viessem à luz. Sintomaticamente a única coisa que concretamente estava acertada até o início da semana era a eleição dos prefeitos das capitais e dos municípios de "segurança nacional", na qual os partidos já constituídos legalmente têm interesse direto. Porém as demais alterações, também imprescindíveis ao processo democrático, estavam amarradas.

A explicação para esta demora é que o povo não está se fazendo presente na elaboração das propostas. Não se pode esquecer que este Congresso, embora tenha sofrido um forte empurrão na batalha contra o regime militar, e embora as forças nele presentes tenham passado por grandes alterações, continua sendo o "velho" instrumento eleito de acordo com a legislação casuística criada pelos generais. Inclusive os senadores biônicos ainda se fazem presentes neste Parlamento.

LUTA DE CLASSES

No fundo, o que é preciso ser lembrado é que a luta pela democracia na atual situação reflete, como não podia deixar de ser, interesses de classes diferentes. Enquanto os trabalhadores, com a classe operária à frente, precisam de transformações urgentes e profundas, as classes dominantes esperam restringir as mudanças ou retardá-las, para salvar os seus próprios privilégios. Sem a pressão das massas, a tendência é para os acertos de cúpulas.

Por isso mesmo é que, em documento recente, os comunistas afirmam que "a mobilização e a organização popular pela instauração de um sistema político radicalmente oposto ao atual definirão, em última instância, os rumos concretos da transição democrática". E, mais adiante, dizem que em relação ao novo governo "adotarão atitude crítica e independente, trabalhando sempre pelos interesses dos trabalhadores e do povo, jamais compactuando com posições reacionárias, antipopulares, antinacionais".

A Nova República não é nova porque vai "conceder" ao povo as liberdades democráticas e as reivindicações econômicas. O que distingue a situação atual da ditadura é o espaço conquistado através da ampla liberdade de forças contra o arbítrio e a favor da democracia. Existem imensas perspectivas para os trabalhadores em sua luta por transformações radicais na sociedade. As forças de direita encontram-se desmoralizadas e na defensiva, enquanto que o ímpeto das mudanças polariza o sentimento da opinião pública. O que se impõe é converter este clima de avanço em organização concreta, para romper a inércia do Congresso Nacional.

Somente na terça-feira, quando José Sarney decidiu enviar a proposta de restauração das eleições diretas para presidente, é que as demais questões deslançaram. Isto estava sendo usado como pretexto para adiar os acertos na Comissão. Certos grupos, visando desestabilizar o governo, pressionavam para marcar as diretas em 85 ou em 86. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Nós? Nós quem?

Prisco Viana, líder do PDS, malufista, destacou-se agora com mais uma qualidade para ninguém botar defeito: um cara-de-pau.

Quando soube que Sarney enviara projeto de emenda constitucional restabelecendo as diretas para presidente, o dito parlamentaristicamente afirmou: "Nós apenas vencemos uma etapa. Passaremos agora a exigir a imediata devolução das prerrogativas do Congresso e a reforma tributária". E ainda acrescentou: "Ainda há muito o que fazer"!

O ilustre malufista só não falou que as diretas foram roubadas pelo regime militar que o seu partido, o PDS, sustentava; que as prerrogativas do Congresso foram igualmente esmagadas pela ditadura, com o aval do PDS. Que o muito que resta a fazer é no sentido de liquidar a vastíssima herança de prepotência, de corrupção, de escândalos, deixada pelo sistema implantado em 1964, do qual o sr. Prisco Viana sempre foi um serviçal prestimoso. Neste sentido, nós, o povo, os democratas, vencemos de fato apenas uma etapa, contra a cambada que usurpou o poder por 21 nos no país. E neste nós o sr. Prisco não está de modo algum incluído. Aliás, varrer este tipo de político oportunista da vida pública será também uma das etapas que o povo terá que vencer para o Brasil avançar.

Relações entre partido e entidades dos trabalhadores

No Brasil, ao longo de sua história, seguidas vezes o movimento progressista foi golpeado por falta de unidade e organização dos trabalhadores e das massas populares. Em 1964, por exemplo, o golpe militar foi facilitado pela debilidade do movimento operário preso a orientações reformistas e incapaz de levantar-se para resistir.

Nas novas condições criadas atualmente no país, é importante que os trabalhadores estudem esta questão. Em particular, que tenham uma correta compreensão sobre as relações do seu partido de vanguarda, o partido do proletariado, com os sindicatos e demais entidades de massas. Os equívocos neste terreno dificultam tanto o crescimento dos sindicatos como o avanço do Partido e a realização de sua função de direção política de massas.

Uma das tendências negativas existentes hoje no movimento popular é a de atrelar os sindicatos a um partido político. O PT é o exemplo mais típico disto. Onde esta corrente conseguiu penetrar, transformou as entidades em "aparelhos" partidários, onde quem não reza por sua cartilha é permanentemente hostilizado. Os petistas, principalmente os trotskistas, falam em sindicalismo de bases mas exercem um controle absoluto, de cima para baixo, nas entidades que dirigem. Para citar um exemplo bem concreto, nas últimas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a Comissão de Fábrica da Volkswagen indicou um operário de prestígio entre seus colegas, com tradição de luta, para compor a diretoria — aliás, o indicou para a presidência. Mas, mesmo sendo petista, este companheiro não se afinava com as ordens da cúpula. Foi sumariamente vetado para a chapa.

Este tipo de concepção exclusivista e aparelhista foi sempre energeticamente combatido por Lênin, que defendia as organizações amplas, de massas, que pudessem multiplicar a influência revolucionária entre os trabalhadores — e facilitar a presença partidária — mas sem atrelamento ao Partido ou ao Estado. Ele dizia em 1920, depois da revolução socialista: "O sindicato é uma organização da classe dirigente, da classe que exerce a ditadura do proletariado (...), mas não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva — é uma organização educadora, que atrai e instrui, é uma escola, é uma escola de governo, escola de administração, escola de comunismo". Isto, note-se bem, depois da tomada do poder, quando a classe operária já tinha nas suas mãos a máquina estatal.

É importante que o mecanismo de ligação do Partido com as massas funcione sempre de uma maneira justa e sem nenhuma falha

Mas o grande chefe do proletariado ia ainda mais longe. Compreendendo que a revolução só pode ter êxito com a participação efetiva das massas, ele acrescentou: "Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado em sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários, em face de seu Estado, e para que os operários defendam o nosso Estado. Uma e outra defesa



Existem milhares de lideranças naturais, que têm prestígio entre seus colegas, imprescindíveis na mobilização das grandes massas

são realizadas através de uma combinação original de nossas medidas estatais e de nosso acordo e 'entrelaçamento' com os nossos sindicatos".

Enquanto isso, Trotsky, que viria a se tornar arqui-inimigo do proletariado e do socialismo, pregava a militarização dos sindicatos, com submissão obrigatória da entidade ao Estado. Ele chegava a declarar: "A mera contraposição dos métodos militares (a ordem, a punição) aos métodos sindicais (o esclarecimento, a propaganda, a iniciativa) é uma manifestação de preconceito kautskiano-menchevique-esserista", isto é, reformista. Nesta fonte é que o PT se inspira!

A missão dirigente do Partido da classe operária consiste em incorporar e orientar as grandes massas na luta pelas transformações sociais. Isto não será feito substituindo as organizações de massas pelo partido ou impedindo a iniciativa destas entidades. A direção política do Partido não implica suprimir a democracia direta das massas e mesmo a possibilidade de o proletariado "se defender", como afirma ousadamente Lênin — isto é, de fiscalizar e criticar o Partido e o Estado da sua própria classe, mesmo depois de alcançar o poder. Só com esta compreensão é possível ao Partido e ao Estado Socialista conquistarem a confiança e a participação efetiva de milhões e milhões na construção de uma nova sociedade, sob a orientação da teoria marxista-leninista.

Lênin, falando sobre o papel das organizações de massas, explica: "Do mesmo modo que a melhor fábrica, com um magnífico motor e com máquinas de primeira categoria, não funcionará se o mecanismo de transmissão que vai do motor até as máquinas estiver avariado, também será inevitável a catástrofe de nossa construção socialista se o mecanismo de transmissão do Partido Comunista para as massas, os sindicatos, não estiver construído de maneira justa ou trabalhar com falhas".

A vanguarda cumprirá sua missão se souber unir a teoria científica do proletariado com o movimento espontâneo, se souber unificar, orientar e organizar a energia dos trabalhadores, impedindo a dispersão de suas forças e concentrando a sua atividade nas tarefas principais em cada situação concreta, no caminho de sua libertação. Neste sentido, a subestimação das organizações dos operários, dos camponeses, de mulheres, de jovens, leva ao isolamento do Partido e torna-se um obstáculo ao desenvolvimento do movimento revolucionário.

No Brasil, onde impera o capitalismo e a organização de massas do proletariado é o sindicato, estes princípios têm ainda maior importância. Principalmente agora, quando o Partido Comunista do Brasil caminha para obter a legalidade, este assunto merece a maior atenção. Por mais que cresçam as fileiras partidárias — e na legalidade é de se prever que englobem dezenas e centenas de milhares de trabalhadores —, o Partido é uma organização de vanguarda, que aglutina a parte mais esclarecida, mais experimentada e abnegada do proletariado, que toma consciência do caminho para a emancipação social e que assimila o marxismo-leninismo na sua militância diária.

Enquanto isso, milhões e milhões sem partido são submetidos à exploração capitalista e são empurrados à luta contra os patrões. Os sindicatos têm condições de organizar estes imensos contingentes, que espontaneamente se lançam ao combate por melhores condições de vida.

Existem entre as massas concepções diversas e influências de diferentes correntes de opinião não-proletárias. Existem aí lideranças naturais, trabalhadores empreendedores e corajosos, que gozam da confiança de seus colegas. São elementos independentes mas interessados em fortalecer suas entidades de classe. Os operários de vanguarda têm de levar em conta esta realidade, ajudar a organizar estes desativados nos sindicatos e buscar a colaboração destes líderes, desenvolvendo as potencialidades das amplas massas. O sindicato, com uma orientação correta, funciona como escola da luta de classes, levando a capacidade de luta e a consciência dos trabalhadores.

Os militantes comunistas devem estar profundamente enraizados na vida operária, conhecer suas particularidades, saber aferir o estado de ânimo das massas e as suas reivindicações mais sentidas. Desta forma conquistarão a simpatia e a confiança dos trabalhadores e terão condições de atuar positivamente nas entidades de massas. Mas não podem de forma alguma monopolizar os sindicatos como "aparelhos" ou substituir as comissões de fábrica por células comunistas. Isto seria frear a capacidade

dos trabalhadores e impedir que as amplas massas se incorporassem na luta de classes organizada. Ao mesmo tempo isto se voltaria contra o próprio Partido, barando o seu desenvolvimento. A diversidade de opiniões não impede a unidade dos trabalhadores em torno dos interesses maiores da classe na luta contra o capitalismo.

Os comunistas atuam nos sindicatos sem confundí-los com os organismos do Partido, combatendo o exclusivismo e as imposições

Com a nova situação política vigente em face da derrota do regime militar, abrem-se imensas possibilidades para impulsionar a organização popular. Aparecem com vigor organizações específicas de jovens, de mulheres e de outras camadas. Recentemente multiplicam-se também as comissões e núcleos pela legalidade do Partido Comunista do Brasil. São organizações progressistas, que por suas particularidades orientam-se por uma tendência política. Mas mantêm o seu caráter amplo, de massas: não se confundem igualmente com as organizações do Partido.

Em qualquer destas organizações, o exclusivismo castra a energia das massas, impede que extensas camadas populares e democráticas participem do movimento. Por outro lado a confusão das organizações de massas com organismos partidários rebaixa o Partido ao nível espontâneo e líquida a sua característica de vanguarda, frustra a sua capacidade de força dirigente revolucionária.

Os comunistas têm sugestões a fazer para o funcionamento das entidades. Mas isto se realiza pela atuação de seus militantes nas empresas, nos bairros e nos sindicatos, em igualdade de condições com todos os demais trabalhadores e pelos documentos gerais com que o Partido expõe sua política ao povo. Não há lugar para imposições e exclusivismo.

Ao lado da visão "aparelhista" manifesta-se também a concepção anarquista e "independentista". A pretexto de zelar pela independência das massas, os defensores desta idéia pequeno-burguesa desprezam o elemento consciente e organizado no movimento operário e cultuam o espontâneo. Para eles, há uma barreira entre o Partido — considerado como uma manifestação burocrática, negativa — e as massas. No fundo, são anticomunistas e

colaboram para que as idéias das classes dominantes se perpetuem entre o povo. Pretendem excluir a presença do Partido Comunista das entidades de massas. Negam a necessidade de uma vanguarda operária, experimentada, hábil politicamente e orientada pela teoria científica marxista-leninista.

Setores mais radicalizados desta corrente anarquista sabotam abertamente a própria organização sindical e popular. Chegam a negar a divisão de funções dentro das diretorias, com o ridículo argumento de que "todos são iguais". Como se a organização e a especialização de tarefas fossem separar os trabalhadores.

Os trabalhadores incorporam-se na luta política e reivindicatória num vigoroso despertar de cunho progressista

Estas concepções em algumas ocasiões influenciam mesmo aos militantes comunistas, que vacilam e não têm ousadia para defender as propostas de seu Partido diante de situações difíceis. Os comunistas devem respeitar rigorosamente a democracia nas entidades, mas isto não pode jamais ser entendido como capitulação ou omissão diante das correntes oportunistas. O proletariado consciente tem propostas e seus militantes possuem, como todos os demais ativistas sindicais, o direito e o dever de expor sua política e argumentar com firmeza para persuadir seus companheiros.

A vitalidade do Partido do proletariado baseia-se nos seus vínculos estreitos com as massas. Compreendendo acertadamente a situação do país, localizando as tarefas e os meios de luta, a organização de vanguarda atua como um Estado-Maior dos trabalhadores: traça orientações gerais e dispõe de destacamentos de luta em todas as frentes. Ao mesmo tempo estimula a iniciativa das massas através de suas entidades. Para isto, leva em conta, principalmente na situação atual do país, em que fervilham as idéias, que as massas aprendem rapidamente e incorporam-se aos milhões no movimento político e reivindicatório. O Partido não freia e não amarra este despertar progressista. Pelo contrário, procura dar-lhe uma direção justa, que ajude as massas a desenvolver o seu espírito criador e a participar com mais força na construção da liberdade e do socialismo. (Rogério Lustosa)

Apeoesp Presente chegou para defender uma entidade unitária

Nos dias 29, 30 e 31 de maio ocorrerão novas eleições para a direção da Apeoesp, a Associação de Professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Três chapas concorrem à diretoria: "Apeoesp Faz", da situação, composta por forças ligadas à CUT; "Alternativa", uma "oposição" que defende na prática o mesmo programa da atual diretoria; e "Apeoesp Presente", composta por amplas forças democráticas que defende um novo programa para a entidade, sem partidatismo mas participando de fato dos acontecimentos em curso no país. A Tribuna entrevistou a professora Lilian Martins, que encabeça "Apeoesp Presente", que falou sobre os objetivos e perspectivas da chapa:

TO — Por que Apeoesp Presente considerou necessário o surgimento de uma oposição real à atual diretoria?

Lilian: Em 1978 o professorado paulista conseguiu arrancar sua entidade das mãos de setores mais atrasados. Com a vitória da chapa 2, cuja composição era essencialmente a mesma da atual diretoria. No entanto, pouco a pouco fomos nos apercebendo de que a nova diretoria estava partidariando a entidade, transformando-a num instrumento do PT. Isso ficou mais evidente em 1982 quando a Apeoesp rodou material de candidato do PT.

As posições políticas que a entidade assume também são marcadamente partidárias, como foi o caso do boicote ao Colégio Eleitoral, proposta defensiva única e exclusivamente pelo PT e que a entidade abraçou. A diretoria também filiou a entidade à CUT, a central petista.

No ano passado, quando se aproximavam as eleições, propusemos uma chapa unitária, que consideramos ser o melhor caminho para o professorado. Mas os membros da diretoria não aceitaram compor. Fizeram



Greve dos professores em 1984: cresceu a mobilização, mas ainda é pouca a consciência política

uma chapa própria, com a mesma composição anterior. Ai decidimos reunir professores que não concordavam com essas posições para defender a independência da entidade.

Além da questão política, continua Lilian, consideramos que a entidade foi se afastando da luta educacional propriamente dita. Temos em curso atualmente na sociedade brasileira uma enorme discussão sobre que tipo de escola que o Brasil precisa. Mas até esse momento não temos um tratamento efetivo da questão. Os Congressos feitos com esse objetivo reúnem um número razoável de pessoas mas não discutem efetivamente a questão. Foi o caso do Congresso realizado em março deste ano, que terminou deliberando apenas duas questões: jornada de trabalho do professorado e Constituinte 85; esta última, mais uma bandeira do PT.

TO: Como se encontra o professorado paulista hoje?

Lilian: Com a greve de 1984 o professorado paulista encontrou o caminho da mobilização na defesa de seus direitos. No entanto não lhe foi apontado o caminho da luta educacional e da luta política. Na própria greve, confundindo seus problemas salariais e as debilidades de atuação do governo Montoro o movimento grevista em curso não mobilizou o professorado para a luta pelas diretas. Isso porque na época o próprio PT estava ainda reticente de entrar na campanha.

Esse tipo de coisa leva a um aprofundamento do sentimento corporativista, um perigo para qualquer categoria profissional. Ou seja, uma visão de que os problemas da categoria se res-

Professores denunciam

Os professores Ronaldo Nicolai (que concorre à vice-presidência pela Apeoesp Presente) e Maria Tereza Soler Jorge, membros da atual diretoria, explicam em carta aberta, por que resolveram engrossar a oposição:

"A atual diretoria é formada por 21 membros, 16 deles ligados ao PT e 5 (entre os quais nós) ligados ao PMDB. Em 1983, quando participamos dessa composição para formar a atual diretoria não nos preocupamos com as ligações partidárias porque achamos que as questões de partido não influiriam decisivamente nos rumos da entidade. No nosso entender, a Apeoesp não deve ser veículo de bandeiras partidárias, sejam do PT, do PMDB ou de outro partido qualquer, oficial ou clandestino. A Apeoesp deve defender os interesses dos professores e lutar pela melhoria do ensino e pela prioridade com a Educação no Estado e no país. No entanto, ao lado dessas lutas,

dentro da entidade passou-se cada vez mais a implementar e veicular pessoas e bandeiras ligadas ao PT".

Depois de relatar as tentativas de compor uma chapa unificada, a carta afirma: "Tal proposta foi vetada sob a alegação de que não podiam compor-se com setores clandestinos que atuam dentro do PMDB. Quando houve esse veto a pessoas por nós julgadas representativas e que tinham condições de equilibrar as forças políticas dentro da Apeoesp, não nos restou alternativa a não ser organizar uma chapa de oposição, que pretende ser suprapartidária.

"O que queremos, colega, é uma Apeoesp que não esteja preocupada em derubar o governo do Estado só porque ele não é do PT mas que esteja interessada em que o governo **melhore, cumpra e acate** as sugestões dos professores, que são os que melhor conhecem a Educação".

tringem a questão salarial. Ainda na greve de 84 uma das palavras de ordem era "diretas sim, mas com salário justo..."

Em resumo, o professorado paulista é hoje uma categoria mobilizada mas que ainda não compreende sua força na luta geral e não só salarial.

TO: Como tem sido a receptividade à chapa?

Lilian: A campanha vai bem. O professorado começa a questionar a partidarição de sua

entidade. Temos representação da Apeoesp Presente em todo o Estado. Na capital estamos em cada escola. Acho que a chapa está sendo, na prática, a perspectiva de prosseguir a avançar na luta mas não de forma sectária que tem sido até aqui.

Ela já está cumprindo o papel de apresentar um novo caminho para o movimento dos professores, inserido de fato na luta democrática geral que o país vive. (Olivia Rangel)



Lilian, da Apeoesp Presente

Escravos na colheita do algodão

Trabalhadores desaparecendo. Lavradores forçados ao regime de escravidão. O terror toma conta do Vale de Iuiu, na Bahia. A denúncia foi feita em Vitória da Conquista. Mulheres foram se queixar, na Delegacia de Polícia, que seus maridos, filhos e irmãos são recrutados para trabalhar em Guanambi por 15 dias, mas acabam não retornando para casa já desapareceram mais de 20 pessoas.

Algumas pessoas contratadas para a colheita não aceitaram as condições de trabalho — regime de semi-escravidão —, e conseguiram fugir da área. E informaram que os colhedores de algodão e os agricultores são mantidos sob severa vigilância de dezenas de jagunços armados com rifles automáticos. Os "vigias" têm ordem de atirar em qualquer trabalhador que queria fugir da escravidão.

O recrutamento, em Vitória da Conquista, era feito por João Rodrigues Sobrinho. O "gato" convocava lavradores através de um alto-falante instalado num caminhão. Ia às populações mais humildes, prometendo salários, casa e comida. Depois deslocava-se para o município de Barra do Choça,



No Vale do Iuiu nem as crianças escapam da colheita do algodão

onde aguardava os candidatos, levando-os dali para a área da colheita, no Vale do Iuiu.

FALSAS PROMESSAS

Na realidade, a promessa não era cumprida. Trabalhadores que conseguiram escapar relataram que a alimentação fornecida não compensava o desgaste físico. O valor do salário era muito abaixo do prometido. Só era servida uma refeição por dia no acampamento, e os trabalhadores eram levados para o

local da colheita por homens fortemente armados.

EXPLORAÇÃO DE MENORES

Ariomar Nunes da Rocha e um outro trabalhador rural, de prenome Edmar, fugiram do Vale do Iuiu e confirmaram essas graves denúncias. Ariomar conta ainda que um amigo, que foi para o Vale, chamado Manoelito Souza Santos, sumiu depois de alguns dias de trabalho. Apesar de tentar localizá-lo, nunca mais o viu.

Professor retoma entidade nacional e abre novos rumos

No dia 29 de março chegava ao fim uma longa "novela" de mais de 20 anos na história da Federação Interestadual de Trabalhadores de Ensino, a FITEE. Com o fim da longa intervenção de Otto Honório, e a eleição e posse da sua nova diretoria, encabeçada pelo professor Wellington Teixeira Gomes, a FITEE encerrou todo um período negro de fraudes, intervenções, corrupções e desmandos, e inaugurando uma nova etapa; uma Federação aberta, democrática, representativa e independente.



Wellington Gomes preside FITEE

Desde junho do ano passado 24 dos 33 sindicatos que faziam parte da base territorial da Federação já se alinhavam com a oposição, contra a corrupção, o imobilismo e o autoritarismo das gestões de Otto Honório. Inconformada com sua derrota iminente, a diretoria da FITEE usou de todos os artificios possíveis e "impossíveis" ao seu alcance. Chegou ao ponto de realizar a eleição e não apurar os votos. A urna, lacrada, foi entregue à Justiça, onde ainda permanece. E o mandato da diretoria - que se esgotava no dia 18 de agosto do ano passado - foi sendo prorrogado continuamente pelo Ministério do Trabalho, numa espécie de intervenção branca.

No dia 18 de março esgotava-se a última prorrogação da diretoria da FITEE. Coe-

rente com sua política de não interferência nas entidades sindicais o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, recusou-se a prorrogar novamente a gestão da velha diretoria.

Com a vacância de direção, a única deliberativa da entidade, o Conselho de Representantes formado por membros das diretorias de cada sindicato filiado, elegeu por unanimidade a nova diretoria da Federação, numa chapa única encabeçada pelo diretor do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Wellington Teixeira Gomes.

Para os trabalhadores em estabelecimentos de ensino que agora dirigem sua própria entidade, abrem-se as portas para um novo período, um período de representatividade e lutas, sem sombras da corrupção e autoritarismo dos velhos tempos.

Em pauta o combate à discriminação da mulher

O presidente José Sarney criou na segunda-feira, dia 6 de maio, a comissão de 15 mulheres - todas detentoras de mandatos parlamentares - que redigirá o ante-projeto de criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

A comissão será presidida pela deputada estadual Ruth Escobar. A iniciativa do governo é mais uma evidência dos novos ares que sopram no país com o surgimento da Nova República. Depois de muitos anos de lutas, o movimento autônomo de mulheres tem atendida uma antiga reivindicação: a criação de um órgão na esfera do poder executivo que encaminhe política global de combate à discriminação da mulher.

A União de Mulheres de São



Ruth Escobar preside comissão

Paulo saudou a medida, destacando: "Consideramos de fundamental importância que as mulheres que compõem este Conselho sejam combativas e de atuação comprovada na luta em prol da causa feminista."

Professores em greve contra salário infame

Os professores da rede municipal de ensino de Juazeiro do Norte, no Ceará, estão em greve. Hoje, eles ganham salários absurdos que oscilam entre 12 e 81 mil cruzeiros. A categoria considera, com toda a razão, que "é impossível continuar sustentando essa situação".

O prefeito da cidade, Manoel Salviano, do PMDB, mostrou-se insensível frente à reivindicação do piso mínimo de Cr\$ 40 mil, o que obrigou a comissão de professores a retirar-se da mesa de discussão.

Diante do quadro criado, segundo os professores, será difícil chegar a um acordo num pra-

zo curto. A comissão provisória da Associação dos Professores Municipais de Juazeiro enviou telex ao presidente regional do PMDB no Ceará e ao presidente nacional do partido, Ulisses Guimarães com o seguinte teor: "Os professores solicitam de V. Exa. interceder junto ao senhor prefeito que se declara PMDB no sentido de atender às reivindicações da categoria que hoje ganha salário infame, incompatível com a pregação da Nova República. Outrossim ressaltamos apoio recebido da liderança local do PMDB, na pessoa do Dr. Carlos Macedo, presidente municipal do partido, e do vereador Antero".

Projeto sobre Grêmios livres passa na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, com os votos dos líderes dos partidos, o projeto de lei nº 1880/83, de autoria do deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), que dá autonomia às entidades estudantis das escolas secundárias, os Grêmios Livres. Agora o projeto vai ser colocado em votação no Senado.

Vários Estados realizam uma

campanha ampla e unitária, visando a aprovação do projeto 1880. Foram feitos vários encontros e em maio se realizarão outros. É importante intensificar a campanha e enviar abaixo-assinados pedindo a aprovação do Projeto ao senador José Frangelli, presidente do Senado. Envie-os ao gabinete do deputado Aldo Arantes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 735, Brasília, DF.

DM ERRATA

No número 213 da Tribuna, por lamentável erro gráfico, publicamos que a assembleia dos trabalhadores na construção civil do Pará tinha 20 participantes, quando estiveram presentes cerca de 300 pessoas.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

PISE - o pacto sindical que unificou a luta nas estatais

O PISE (Pacto Inter-sindical nos Serviços Essenciais) mostrou força na semana passada, ao coordenar a paralisação de mais de 100 mil trabalhadores do Estado de São Paulo. A trimestralidade é a pauta comum dos grevistas, que prometem deflagrar greve geral nas estatais nos próximos dias caso não alcancem seu objetivo. O PISE surgiu há três meses.

“Eu acho que o PISE foi a melhor coisa feita no movimento sindical nos últimos anos, particularmente nas empresas estatais, que tinha uma dificuldade de mobilização muito grande, devido ao regime de força em que vivíamos”. Esta declaração de Percival Teixeira Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, sintetiza a opinião corrente entre os sindicalistas que atuam no PISE.

Dia 6, onze sindicatos e federações ligados ao Pacto Intersindical se reuniram no Sindicato dos Eletricitários para avaliar o resultado da greve do dia 3. Todos ressaltaram o papel unificador do PISE — surgido em fevereiro, com o objetivo primordial de lutar pelo trimestral e pelo fim do decreto-lei 1632 (que proíbe greve nos serviços considerados essenciais). Neste pouco tempo já se obteve alguns avanços significativos, como a derrubada na prática do 1632 e a nomeação pelo governo estadual de um interlocutor para negociar especialmente com os trabalhadores das estatais.

GREVE EM PREPARAÇÃO

Nenhuma estatal concedeu reajuste semestral a seus funcionários. “Algumas empresas tem oferecido adiantamentos ou um abono, mas na prática isso não resolve a questão”, pondera Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. E os trabalhadores estão dispostos a ir às últimas consequências para con-



Combatividade na assembléia dos metroviários. Ao lado, prisão do diretor do Sindicato dos Motoristas, na greve, dia 3

quistar seu objetivo. Dia 16 haverá assembléia de todas as categorias que compõem o PISE, onde poderá decretar nova paralisação geral. Percival Teixeira acha que no momento “a gente deve insistir na negociação, mas também apontar para uma greve geral”.

COMBATIVIDADE

Os trabalhadores tem dado mostras de grande combatividade. “Fomos surpreendidos pelo espírito de luta e uma perfeita unidade entre aeroviário e aeronauta e com isso nós conseguimos peitar o decreto-lei 1632”, explica Osvaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo. A greve dos aeroviários encerrou-se dia 3 e a dos aeronautas dia 4. Desde 30 de abril o tráfego aéreo no eixo Rio-São Paulo ficou virtualmente paralisado e só assim os patrões aceitaram conceder antecipação salarial (veja quadro abaixo). Osvaldo acrescenta que “essa foi uma luta extra, pois a nossa data-base é em dezembro”.

A primeira greve, dentre



Foto: César Diniz

as categorias estratégicas, foi a dos ferroviários, da Rede Ferroviária Federal, em São Paulo, dia 26. Dia 2 estourou a dos motoristas e cobradores da capital paulista. O grande aparato policial dificultou a paralisação desta categoria que trabalha muito dispersa. Os empresários, aproveitaram-se da greve para exigir novo aumento das tarifas. Estranhamente, o prefeito Mário Covas cedeu à exigência patronal e o preço das passagens saltou de Cr\$ 500 para Cr\$ 900 — 80% de uma só vez!

“NÃO ESTAMOS SOZINHOS”

No dia 3 o movimento atingiu os metroviários, eletricitários, telefônicos, tra-

balhadores em saneamento básico e gasistas. Os metroviários mais uma vez mostraram a sua grande organização e espírito de luta. Cerca de 96% da categoria não trabalhou e nem foi preciso piquetes. Mais de mil metroviários permaneceram em vigília na sede do Sindicato e nas estações. Até o fechamento desta edição os trabalhadores não haviam chegado a um acordo com a Companhia do Metrô.

Os trabalhadores em telefonia — totalmente desmobilizados nos últimos 20 anos — também se manifestaram no dia 3. Fizeram um bloqueio nas ligações interurbanas a cobrar, tendo sucesso de 100% no interior e 80% na capital. “A categoria perdeu o medo”, avalia o presidente do Sindicato da categoria, Geraldo Cardoso. Ele também denuncia a existência de “duzentos e tantos coronéis”, em cargos de chefia da Telesp. A presença de militares nas empresas estatais é ostensiva e eles agem como se estivessem no período negro da ditadura. “Nós também temos coronéis e capitães e estão vigiando o sindicato”, revela Ademar Marques de Jesus, presidente do Sindicato dos Gasistas. Os gasistas fizeram greves-pipoca de uma ou duas horas, paralisando vários setores. Na opinião de Ademar, “o gasista está perdendo o medo e sentiu que não está sozinho. Ele sabe que tem outros na luta”.

(Domingos de Abreu)



Foto: César Diniz

Assembléia do dia 8: “se os patrões querem guerra, terão guerra”

Greve metalúrgica chega a sua etapa decisiva no ABC

A greve dos metalúrgicos paulistas entrou na sua fase decisiva. Patrões e operários jogam suas últimas cartas: os metalúrgicos voltaram a paralisar as grandes montadoras de automóveis de São Bernardo; já os empresários intensificaram a repressão e ampliaram as demissões. “Se os patrões querem guerra, terão guerra”, garante um ferramenteiro da Volks.

Na assembléia de quarta-feira à noite, dia 8, no Paço Municipal, era visível a revolta dos mais de 7 mil metalúrgicos presentes. Nela foi reafirmada a disposição de prosseguir o movimento paredista até a conquista do reajuste trimestral, da redução da jornada de trabalho e de outras reivindicações. A escalada de dispensas desencadeada pelos empresários gerou grande ódio entre os grevistas.

As empresas demitiram funcionários com pouco tempo para se apresentar, mulheres grávidas, operários deficientes e, principalmente, ativistas sindicais. Não respeitaram sequer a estabilidade no emprego dos cipeiros e dos membros das comissões de fábrica — os principais alvos da fúria patronal. Ao todo são mais de 1600 lideranças grevistas desempregadas na base de São Bernardo. A Volkswagen, numa campanha terrorista, já espalhou o boato de que serão dispensados mais de mil operários na empresa, inclusive os membros da respeitada comissão de fábrica.

Nesse combate de classe, para reforçar a pressão sobre os patrões, os metalúrgicos das grandes montadoras de automóveis decidiram reiniciar as greves dentro das fábricas. Desde o dia 25 os operários da Volks, Ford e Mercedes estavam trabalhando normalmente, produzindo bem abaixo da capacidade das firmas devido a falta de peças. Seguiam as confusas orientações da chamada “operação vaca brava”, que mescla várias formas de luta. Nesta semana, no entanto, com o fim da greve nas empresas de auto-peças e no interior e a conseqüente regularização da produção nas montadoras, os metalúrgicos sentiram a necessidade de reiniciar a greve.

Momento decisivo

O quadro atual da paralisação indica que o movimento atingiu sua etapa derradeira e decisiva. Na base sindical de São Bernardo e Diadema, atualmente encontram-se em greve cerca de 55 mil operários — basicamente os das multinacionais dos automóveis. Foram feitos 63 acordos em separado com as pequenas e médias empresas, beneficiando 14.430 trabalhadores. Por outro lado, várias firmas retornaram ao trabalho,

Aurélio desmente calúnias da “Veja”

O deputado federal Aurélio Peres enviou à revista “Veja” telegrama do qual publicamos trechos: “‘Veja’ mentiu ao dizer, na matéria ‘Quem é quem na greve’, que os representantes do PCdoB no Congresso preferiram apoiar o governo em vez de aliar-se aos grevistas. Apoiamos o presidente Sarney, entre outros motivos, exatamente porque Sua Excelência reconhece a legitimidade do direito de greve. E apoiamos os trabalhadores em greve. ‘Veja’ também mentiu ao afirmar que eu qualifiquei as greves de ‘anárquicas’. Atitudes como as do grupo de ativistas que deteve como reféns os 370 funcionários da GM, em S.J. dos Campos, podem ser qualificadas de anárquicas. As greves, ao contrário, jamais”

mesmo sem acordo, devido a violenta repressão do patronato.

Já no restante das cidades que também iniciaram a greve no dia 11 de abril o movimento chegou quase ao seu fim. Em Santo André, 34 firmas fizeram acordo, o que beneficiou 31.800 operários — a quase totalidade da base sindical. Em São Caetano apenas três empresas estão paradas. O mesmo quadro se repete em São José, Campinas, Itú e Taubaté.

Ou seja: atualmente a greve ocorre basicamente em São Bernardo, num choque entre as multinacionais e a combativa classe operária da região, conhecida por sua tradição de luta. Preocupada com as consequências deste embate, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos chegou a ceder e reforçar a proposta absurda dos empresários, que querem repassar os reajustes salariais para os consumidores de veículos, liquidando a política de controle de preços do governo. Mas o que está em jogo, realmente, é o confronto entre patrões e operários. De nada adiante tentar resolver o conflito bombardeando a política anti-inflacionária do novo governo. Isto só causaria mais prejuízo para os próprios trabalhadores.

Motoristas de Goiânia fazem greve vitoriosa

Os trabalhadores em transportes coletivos urbanos de Goiânia consideraram vitoriosa a greve que realizaram dias 4 e 5 últimos. Eles conquistaram a realização de auditorias trabalhistas nas empresas, a promessa dos patrões de concederem reajustes trimestrais de salário e ainda a garantia de que nenhum grevista será demitido. Os funcionários dos transportes querem piso de três salários mínimos para os cobradores e de cinco salários mínimos para os motoristas.

Quase a totalidade dos 4.500 trabalhadores do setor participaram da greve. O presidente do Sindicato da categoria, Benedito Adorno, em assembléia no dia, 6, foi taxativo: “Não podemos mais ser explorados e continuar calados. Agiremos de maneira firme para garantir nossos direitos”. A greve visava conquistar abono de 50% nos salários. Não atingimos nosso objetivo. Mas de-

monstramos que a categoria está unida e vai lutar pelo piso salarial”, afirmou Sebastião da Paz, da Comissão de Greve.

A Polícia Militar agiu com violência contra os grevistas. Aparato de 450 policiais atacou os trabalhadores com bombas de gás lacrimogênio, cassetetes, chutes e empurrões. Foram presos dez lideranças do movimento e entregues à Polícia Federal. Revoltados, os motoristas e cobradores, apoiados pelo deputado federal Aldo Arantes e pelo vereador Euler Ivo, foram em passeata até o governador Iris Resende denunciar a repressão de que estavam sendo vítimas. Depois de uma hora de negociações, o governador se comprometeu a não permitir a demissão dos grevistas, a conceder o reajuste trimestral e a apontar a responsabilidade pela violência policial. Em troca solicitou a suspensão da greve, no que foi atendido (Francisco Messias)



Aeroporto de Congonhas sob o efeito da greve dos aeronautas e aeroviários

Mais de 100 mil trabalhadores do PISE foram à luta

Categoria	Base	Tipo de luta	Conquistas
Aeroviários	9.000	Greve de 30 de abril a 3 de maio.	100% do INPC no reajuste salarial; antecipação de 20% para quem ganha até 15 salários-mínimo e Cr\$ 500 mil para os que ganham acima de 15 SM.
Aeronautas (a nível nacional)	6.000	Greve de 30/4 a 4/5/1985.	Reajuste salarial de 100% do INPC para todas as faixas, retroativo a dezembro de 1984; antecipações salariais trimestrais, variando de 8 a 30%.
Ferrovários	10.000	Greve de 24 horas dia 26/4 na Rede Ferroviária Federal. Greve marcada para o dia 2, mas cancelada na última hora.	Reajuste de 100% do INPC de maio; abono salarial de Cr\$ 100 mil e anuênio de 1% a partir do quinto ano, além dos 5% a que já tinham direito.
Metroviários	4.800	Greve de 24 horas dia 3/5.	Ainda estão em negociação com o Metrô, que ofereceu 100% do INPC, mais 4% de produtividade, abono de 25% e jornada de trabalho de 42,5 horas semanais na manutenção.
Eletricitários	26.000	Greve de 24 horas dia 3/5.	A mobilização foi pelo trimestral, junto com as outras categorias.
Motoristas de ônibus urbanos	49.000	Greve de 24 horas dia 3/5.	100% do INPC mais 4% de estabilidade; 20% de abono salarial em julho e estabilidade de 120 dias para a comissão salarial.
Trabalhadores do saneamento básico	22.000	Em São Paulo greves-pipoca em alguns locais de trabalho. A greve marcada para o dia 3 foi cancelada. Em Santos e Vale do Ribeira houve paralisação dia 3.	Ainda estão em negociação, mas o governo propôs reajuste salarial de 100% do INPC, mais 3% de produtividade; redução da jornada de trabalho para 42,5 horas semanais e abono de 10% em agosto e mais 10% em setembro.
Telefônicos	25.000	Bloquearam as ligações interurbanas a cobrar no dia 3.	A Telesp prometeu adiantar 33% dos salários, sem maiores especificações.
Gasistas	1.100	Greves-pipoca dia 3.	A empresa não apresentou nenhuma contra-proposta.

"A Toshiba nos explora através de empreiteira"

Nós, operários da multinacional japonesa Toshiba, em Contagem, estamos revoltados com a brutal exploração que estamos sofrendo.

Há cerca de um ano esta multinacional, aproveitando-se da crise de desemprego, vem contratando mão-de-obra através da empreiteira Prospe. Isto lhe assegura lucros mais altos e lhe

proporciona não ter nenhuma obrigação com quem trabalha, a não ser sugar nosso suor.

O primeiro contrato tem duração de 90 dias. Depois ele é renovado por mais 45 dias. Vencido este prazo, o trabalhador é afastado por 5 dias e recontratado novamente por 90 dias. Isto significa dizer que trabalha-

mos durante 7 meses e meio dentro dos galpões, operando máquinas, sem sermos de fato trabalhadores desta multinacional. Sem termos os mesmos direitos dos trabalhadores fichados pela própria empresa, pois não temos direito ao aviso-prévio e ganhamos a miséria do piso salarial dos metalúrgicos. Além disso, quem se recusa a assinar novo con-

trato é imediatamente demitido.

A Toshiba, que produz transformadores de baixa e alta-tensão, tem uns 350 operários. Sem o pessoal contratado através da empreiteira ela não funcionaria normalmente, pois tem encomendas para o ano todo e não está mais pegando concorrência por não ter condições de entregar. A produção cresceu tanto que houve até a criação de 2 turnos de trabalho.

Mas, dentro da fábrica todos os operários, tanto os da Toshiba como os contratados pela Prospe, estão muito revoltados. Pois, na verdade, enquanto os patrões engordam seus lucros à custa do nosso trabalho, só conhecemos a fome, a insegurança e a miséria.

Nesse tempo de mudança que o Brasil vive, nós, trabalhadores, que construímos a riqueza da nação, temos que gritar contra essas injustiças. A nossa união dentro da fábrica, conversando com os companheiros e procurando tomar medidas junto com o Sindicato, é o caminho para enfrentarmos tanta humilhação e exploração. (operário da Toshiba - Contagem, Minas Gerais)



Grêmios livres nas escolas para combater autoritarismo

Realizou-se, no dia 20 de abril, na EESG "Culto à Ciência", em Campinas, o I Encontro Regional de Centros Cívicos Estudantis.

Na abertura do Encontro, que contou com a presença de 1.500 pessoas, entre alunos, pais e professores, estiveram presentes o prefeito de Campinas, o diretor Regional de Ensino, o vice-presidente da Câmara Municipal, o deputado Manoel Moreira, o representante do secretário de Educação do Estado, o secretário de Educação do município.

O Encontro demonstrou o anseio da juventude pela construção de grêmios livres nas escolas, como forma de acabar com o autoritarismo sobre a organização estudantil. Os grêmios permiti-

rão a organização livre e autônoma dos alunos em cada escola.

Estavam presentes delegações de 63 cidades da região, com destaque para a representação de Paulínia, que compareceu com 2 ônibus e, no dia 25 de maio, irá reconstruir a entidade municipal, como fruto de sua participação no Encontro.

O evento teve grande repercussão na imprensa, nos meios políticos e particularmente nas escolas. O próximo passo será os Encontros Municipais. O Encontro foi promovido pela UBES, cujo presidente, Delcimar Pires, estava presente; e a realização foi da UPES e da UCES. (Sueli Scutti, diretora da UPES-regional de Campinas, SP)



Creche, o melhor presente para as bancárias do BB!

No último dia 6 de maio, às vésperas da data comemorativa do Dia das Mães, funcionárias do Banco do Brasil, agência Santo Amaro e Cesecc/SP, com o efetivo apoio do Conselho Estadual da Condição Feminina, tiveram uma audiência com o presidente da empresa, em Brasília (DF), para tratar da reabertura da creche que atende filhos destas funcionárias.

Em setembro de 82, as mães conquistaram esta creche, com condições de atender 90 crianças, de 0 a 4 anos, cuja manutenção deveria ser de responsabilidade das três partes envolvidas, de forma igualitária: direção do Banco, da Associação Atlética do Banco do Brasil e das Mães.

A direção do Banco rompeu este acordo, impedindo o funcionamento da creche e provocando seu imediato fechamento.

A representante do Conselho Estadual da Condição Feminina, Maria Amélia Teles, colocou a posição do governo paulista de se empenhar ao máximo para garantir a reabertura da instituição, pois foi lançada em todo o Estado de São Paulo

ampla campanha pela criação de creches. Enfatizou que a política da Nova República deve estar voltada prioritariamente para atender a criança de 0 a 6 anos - alicerces da sociedade - de forma a consolidar o processo democrático em curso.

O resultado foi que o Dr. Calazans garantiu a manutenção da creche com perspectivas de ampliar a faixa etária atendida para 6 anos. Colocou como necessário o estabelecimento de critérios de seleção da demanda, que considerassem as condições sócio-econômicas das mães funcionárias.

Por isso foi formada uma comissão constituída de um representante da Comissão de Mães, um representante da direção do Banco e outro da direção da Associação Atlética, que deverá elaborar o projeto de seleção das crianças.

Aguardamos que essa comissão tenha pleno êxito e que seja garantida a creche, direito incontestável da família trabalhadora. (Maria de Lourdes Rodrigues da Comissão Sindical do Conselho Estadual da Condição Feminina - São Paulo, SP)

Os frutos virão

Vem de realizar-se o 1º de Maio, dia que marca a luta da classe operária contra a exploração, dia de homenagem aos mártires da causa operária. Neste 1º de Maio, comemorado no despontar da Nova República, cabe trazer ao conhecimento da opinião pública uma poesia de Lila Ripoll, grande poeta gaúcha, colaboradora da antiga *Tribuna Gaúcha* e identificada com a causa operária, tendo inclusive ajudado a organizar o "coral Metalúrgico" de Porto Alegre.

Esta poesia a que me refiro foi publicada no livro "Novos Poemas", de 1951, dedicada aos operários assassinados durante uma manifestação de 1º de Maio, em 1950, na cidade de Rio Grande. Dentre os mártires, a operária têxtil Angelina Gonçalves, que carregava uma bandeira do Brasil:

"Morreram? Quem disse, se vivos estão?
Não morre a semente lançada na terra.

Os frutos virão.
"Num dia tão certo, tão claro,
tão perto, meus olhos verão".

(Ana - Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Vila 1º de Outubro homenageia Tancredo

No dia 22 de abril, às 17 horas, se reuniram moradores das Vilas 1º de Outubro e 2 de Setembro, para prestar uma homenagem ao presidente eleito, Dr. Tancredo Neves, com a participação de 800 pessoas.

Muita gente chorava, derramava lágrimas sentindo a morte do presidente. Mas ao mesmo tempo outros companheiros diziam que por morrer um soldado a guerra não acaba, ela continua. Outros afirmavam que temos de ser fortes e organizados pois a luta começa é agora. Algumas pessoas diziam que agora é mais fácil o

povo ir às ruas exigir mudanças imediatas. E havia a compreensão de que agora é preciso dar apoio ao José Sarney, mas exigindo que ele assumia todos os compromissos de Tancredo.

Temos certeza de que podemos varrer este lixo de autoritarismo que ainda está aí. Não podemos deixar aumentar este entulho. Terminamos nossa homenagem ao presidente Tancredo todos de mãos dadas, cantando o Hino Nacional. (União dos Moradores da Vila 1º de Outubro - São Paulo, SP)



"Camponês precisa da terra para defender o pão"

Ameaçados, mais de 300 camponeses da região de Campinópolis, município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, se organizaram para enfrentar os grileiros dessa região (que não são poucos).

Campinópolis é uma pequena vila do sertão mato-grossense onde 90% dos habitantes são lavradores. Alguns são donos de pequenas propriedades, mas a maioria trabalha para os fazendeiros ou possui pequenas posses onde defende o pão para o sustento de suas famílias.

No princípio do mês de abril, seu Sebastião Furtado, líder camponês dessa região, procurou a TO em Barra dos Garças para nos pedir apoio jornalístico e nos deu estas informações:

"Há mais de três meses - disse ele - e outros companheiros nos vimos ameaçados pela falta de trabalho na região. Então resolvemos tomar posse de umas terras que, segundo nossos conhecimentos, são devolutas.

Mas, quando já estávamos quase totalmente instalados, surgiram três elementos dizendo-se donos da área. Porém nunca apresentaram nenhum documento comprovando isso.

"As ameaças não tardaram. Nos ameaçaram de todo jeito, inclusive me ameaçaram de morte, dizendo que eles poderiam ficar sem as terras, mas que eu ficaria sem a vida. Diante disso, nos organizamos e nos unimos. E assim estamos e iremos até o fim. Pois, como poderia ficar um camponês sem terra para defender o pão?"

Após ouvir seu Sebastião, a TO esteve no local do conflito. Participamos de uma assembléia realizada no dia 21 de abril onde os lavradores decidiram unir o máximo de forças para enfrentar os grileiros, tendo em vista que só naquela região existem mais de mil posseiros sendo constantemente ameaçados pelos grileiros. (correspondente da TO no Vale do Araguaia, Mato Grosso)

No número passado Fala o Povo não saiu para poder dar espaço à onda grevista em curso no Estado de São Paulo. Foi uma justa homenagem aos metalúrgicos do ABC e interior, que travaram uma luta dura para arrancar aumentos acima do INPC, do patronato, que não queria abrir mão de nada.

Neste número estamos aqui de volta para que você, amigo leitor, continue nos enviando suas cartas, suas opiniões sobre todos os acontecimentos em curso no país, suas lutas, reivindicações e propostas. Ocupe seu espaço. Aqui é o seu jornal dentro do jornal. Faça dele, cada vez mais, um espelho daquilo que você deseja ler e conhecer. Nesta página o jor-



fala o POVO

nalista é você. Queremos também sua opinião sobre o que publicamos nesta e em todas as demais páginas de nosso jornal, que deseja servir cada vez mais os trabalhadores e o povo. Contamos com você! (Olivia Rangel)

Bancários cariocas: preocupados com divisão

Por uma diferença de apenas 630 votos, cerca de 25 mil bancários do Rio de Janeiro deram a vitória à Chapa 2 para o seu Sindicato no último dia 18 de abril. A Chapa 1, com 11.683 votos, defende a Unidade Democrática, apoiada por sindicalistas representando um amplo leque de forças políticas. Baseia-se numa plataforma ampla, sintonizada com o momento político, respaldando a tradição unitária de luta do Sindicato. A Chapa 2, com 12.313 votos, reuniu sindicalistas ligados à CUT, apoiada por setores do PDT e do PT.

Estes números demonstram a "divisão ao meio" dos eleitores. Um alerta aos novos dirigentes sobre a dificuldade de conduzir o sindicato a gestão da entidade, apontando a busca da unidade para fortalecer o Sindicato.

A derrota da Chapa 1 começa com a perda de força da diretoria na gestão Roberto Peres. O lançamento do ponto culminante na campanha salarial de setembro de 1984, quando se soube aproveitar os erros e canalizou

bem a expectativa da categoria, que exigia mudanças e maior combatividade na condução de suas lutas. Isso ficou bem caracterizado com o slogan adotado: "Chega de Ivan e Percinoto".

O movimento sindical do Rio de Janeiro modifica-se profundamente com o resultado da eleição. Um dos sindicatos mais importantes passa a adotar a linha da CUT, hoje apostando mais que nunca na divisão, tentando jogar o movimento sindical no gueto, à margem das lutas democráticas e ausente do processo político em curso no país.

Os eleitores da Chapa 2 se equivocaram ao depositar suas esperanças nas lideranças dos sindicatos ligados à CUT e ao PT. Os bancários do RJ deverão permanecer atentos e exigir da nova diretoria uma postura coerente em relação à nova conjuntura do país, combatividade e firmeza na condução de suas lutas e apontar o caminho para a unidade e consolidação de um movimento sindical unitário. (bancário ligado da TO - Rio de Janeiro, RJ)

Loyola: "O escritor deve vigiar o Estado"

Autor de *Não verás país nenhum*, Ignácio de Loyola Brandão é um dos mais importantes escritores brasileiros da atualidade. Em entrevista à *Tribuna Operária*, ele fala sobre a Nova República, a televisão, a literatura:

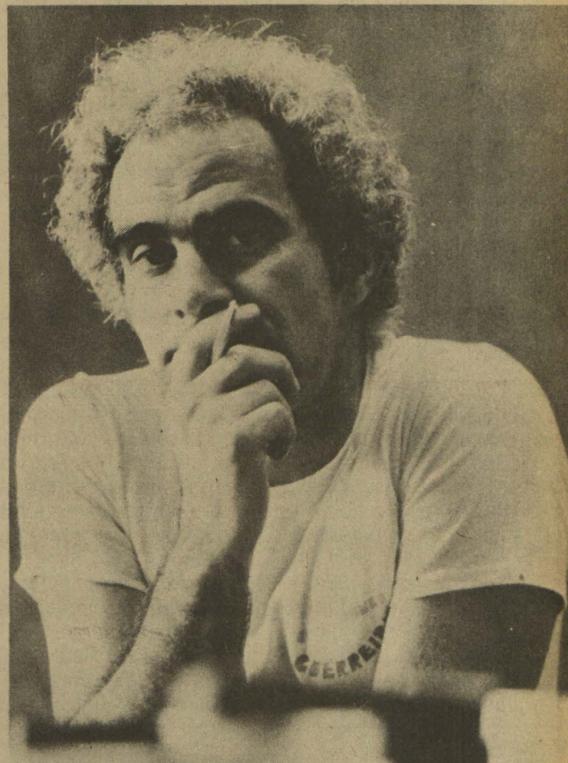


Foto Luiz Bitnar

TO: O que você acha da Nova República?

Loyola: Fala-se em Nova República em termos muito velhos. Há a aspiração do novo. E eu acho que o escritor tem de ficar contra o Estado, olhar o que ele está fazendo. O que o Estado talvez possa fazer é abrir espaços culturais. Construir centros culturais, com bibliotecas, filmotecas, discotecas etc. Já em 1945 existia um projeto de que as fábricas com mais de 40 operários tivessem uma biblioteca. Hoje, 40 anos depois, nada foi decidido. Acho que todas as empresas devem ter bibliotecas. O Estado deve agir junto a isso. O Estado tem um outro papel importante na cultura, em relação à reforma do sistema do ensino. É necessário que o Ministério da Educação tenha verbas, construa escolas, pague bem os professores, faça a reformulação do ensino. Isso por si só já é uma grande contribuição para a cultura. Acho que a relação escritor-Estado deve ser de uma permanente crítica do escritor.

Loyola: "Estado deve abrir espaços culturais"

Atualmente o intelectual está distante do povo. E o povo tem os seus problemas. A massa, o operariado, está preocupada com casa, comida, escola, trabalho, transporte, saúde. Depois disso, em 14º lugar, surge a cultura, que é onde entra o escritor... **TO:** Televisão também é cultura, e está no dia-a-dia do povo... **Loyola:** Eu estava falando no sentido de livro. Mas nisso você tem razão. O que a gente devia talvez, era to-

destruída, sem perspectiva. É uma advertência ou uma profecia? **Loyola:** Eu nunca fui profético. Acho que é mais uma advertência, um grito de que, se as coisas continuarem como estão, vão dar no que deu. Então você olhará pela janela e não verá país nenhum. **TO:** Isso não é pessimismo? **Loyola:** Se eu fosse pessimista, não teria nem escrito o livro - teria dado um tiro na cabeça. Escrevi com otimismo, tentando, com o livro, mudar um pouco as cabeças. Tentar esse grito de alerta. A história pode ser pessimista, mas, quando você termina, você diz: "Não pode ser assim". Isso é importante. O leitor dizer: "Eu não quero que tudo isso aconteça. O que eu posso fazer para mudar isso?"

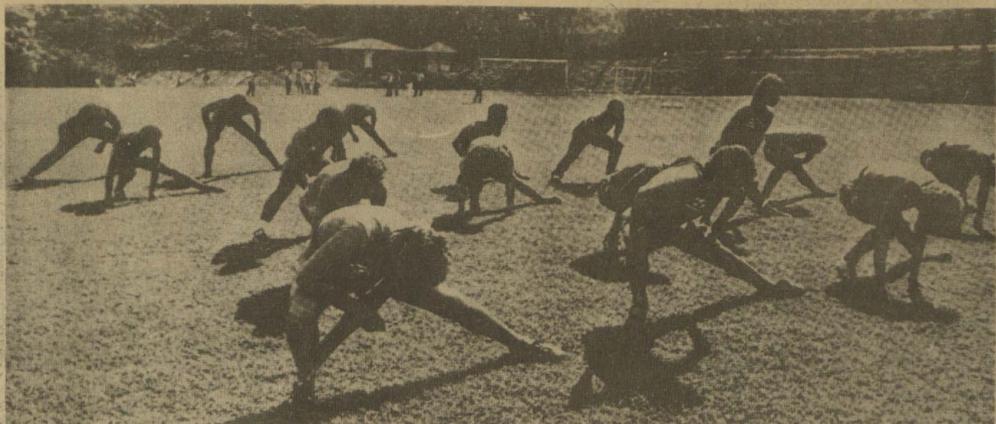


Foto U. Delmar

Com a atuação fraca, a seleção de Evaristo deverá ser reforçada com os jogadores que estão na Itália

Amistosos abalam o prestígio da seleção

A seleção de Evaristo está na reta final dos preparativos para as eliminatórias da Copa do México. As quatro partidas iniciais mostraram um time muito tímido e empurraram o prestígio da Seleção Canarinho para o mais baixo patamar da sua história.

A preparação da nossa seleção já não era um primor de planejamento e organização. O que é normal, pois trata-se da CBF *et caterva*. O técnico foi escolhido menos de seis meses antes da estreia nas eliminatórias. A polêmica sobre a convocação ou não dos "brasileiros" se estendeu até as vésperas da divulgação dos nomes escolhidos. Mas a modestíssima qualidade do futebol dos primeiros amistosos conseguiu estabelecer confusão ainda maior no caminho das nossas seleções.

CONFIANÇA FRACA

Depois de mexer inexplicavelmente no time que vencerá o primeiro jogo contra a Colômbia, trocando Jorginho e Reinaldo por Careca e Bebeto, o técnico enfraqueceu a confiança dos jogadores, em sua maioria novatos e estreantes. Somente Casa Grande, Oscar e Eder escaparam do desastre. O brioso meia corinthiano não se abalou com os ataques da imprensa e torcidas regionalistas, entrou "mordido" em todas as partidas e tem sido o melhor homem do nosso ataque.

Oscar e Eder, jogadores experientes, do tipo que cresce quan-

do defende a seleção, ajudaram a afastar o fantasma de um vexame ainda maior. Descontando-se a infantil explosão de Eder na partida contra a Argentina, que provocou mais uma das frequentes expulsões que costuma sofrer por motivos disciplinares.

Evaristo tinha um time escalar antes do primeiro treino. Agora, não tem definição nem para a linha de zagueiros. Da Itália não viria ninguém. Um dia depois do segundo amistoso, quando perdemos para o Peru dentro do Mineirão, os cartolas da CBF se lançaram numa extenuante negociação com seus colegas italianos, tentando liberar Zico, Edinho, Júnior e Cerezo o mais rápido possível para reforçar os anteriormente convocados.

CRISES COMUNS

São comuns no futebol brasileiro as crises nas fases preparatórias para competições importantes. A seleção de Zagalo, que ganhou um inédito brilhantismo na Copa de 1970, foi vaiada em pleno Maracanã no jogo de despedida. Em 1974, Oswaldo Brandão perdeu o cargo de técnico

durante a disputa das eliminatórias, assumindo Cláudio Coutinho quando já tínhamos jogado duas partidas. E mesmo o campeão da unidade, Telê Santana, que até hoje ninguém sabe como conseguiu perder a Copa na Espanha, não escapou das vaias antes de viajar.

A última rodada de amistosos começa dia 14, em Bogotá, na revanche contra a Colômbia que vencemos aqui por dois a um. Possivelmente, o último preparativo, dia 22, contra o Chile em Santiago, já contará com Zico e seus parceiros do futebol italiano.

Depois disso, só resta renovar o estoque de rojão e fazer figa com as duas mãos.



Universidade na transição democrática

O momento de transição política colocou na ordem do dia o debate sobre os grandes temas nacionais, dentre os quais se destaca a Universidade enquanto instância privilegiada na produção e transmissão do conhecimento. A constituição de comissão ligada ao Ministério da Educação com o objetivo de propor mudanças nesta instituição inicia um processo que requer a manifestação dos diversos segmentos sociais.

Certos de que este é o momento para a participação não só de docentes, funcionários e estudantes, mas de toda a sociedade, o núcleo de professores do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS), juntamente com o Instituto de Cultura Operária e Popular (Icop), promoverão seminário visando contribuir com o processo de elaboração das propostas que possibilitem uma redefinição da Universidade Brasileira.

Programação

07 de junho, 20 horas, debate O momento

político atual, com José Renato Rabelo, ex-diretor da UNE, membro da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B.

08 de junho, 09 horas, Situação atual da Universidade, com Elias Boaventura, reitor da Universidade de Piracicaba; Vânia Galvão, presidente da Federação das Associações de Servidores (Fasubra); Antonio José Martins Filho, diretor da UNE, coordenador Helena Lopes Freitas, professora da Faculdade de Educação da Unicamp.

08 de junho, 15 horas, painel A Universidade necessária aos interesses nacionais e populares, com Eunice Ribeiro Durham, professora doutora da Faculdade de Filosofia da USP; Marian Ward, professora doutora, pós-graduação em Filosofia da Educação na PUC-SP; Javier Alfaya, membro da Comissão do Ministério de Educação para a Reforma Universitária; coordenadora Lucília Machado, professora doutora da UFMG.

Rubinho, o canto do Jequitinhonha

Rubinho do Vale, cantor que levanta em brados o canto do Vale do Jequitinhonha e que vem desfraldando as bandeiras do seu canto nos grandes centros e cidades mineiras, lança seu



Rubinho, lançando o 2º LP

segundo LP independente, *Violas e Tambores*. Segundo o cantor, "um disco razoável, dentro dos limites do alcance de um disco independente em Minas, sem projetos nacionalmente, mas com uma boa representação, de acordo com algumas informações".

As canções de Rubinho são suaves: "A minha linguagem, o meu pensamento, a minha vida é uma coisa simples, pois acredito na beleza do simples. Portanto vai constituindo assim um trabalho bastante popular, ao alcance de todos. E o Vale, no meu canto, é minha vida, minha imagem, meu reflexo de um aprendizado roçalino, rural mesmo".

Esperançoso na Nova Re-

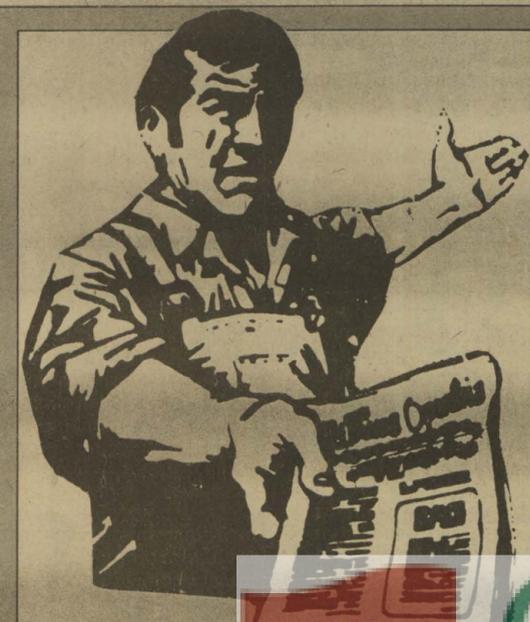
pública, Rubinho afirma que "a mudança só vai seguir com a nossa participação. Acredito que a Nova República pode ser uma transformação, mas é preciso buscarmos a participação, cada dia mais. Com a criação do Ministério da Cultura, desde que ele seja voltado realmente para a vida, para o povo. Acredito numa transformação do pensamento a respeito da cultura como vida, como o fazer, como a liberdade, e como isso é colocado em discussão e pelas pessoas que fazem e que trabalham com a cultura, é realmente abrir os braços e todo mundo se abraçar na defesa de sua própria vida, de seu próprio valor". (Marquinhos, sucessor de Belo Horizonte)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telefax: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jotilly, Olívia Rangol. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro - Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. ITABUNA: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 46000. Itapicoba: Av. América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 95 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (predio da antiga Cimes) - CEP 45700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 88, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de

Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (esquina com a Rua 4), sala 201. Fone: 223-5571. Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 265 - Centro - Fone: 224-7625 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valdares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. PARA - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barrosos, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alacrin - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias

do Sul: Rua Dal Carnale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andréa Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 - Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vittorio, 748-A - CEP 96200. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarat Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravá, 448, fone 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, sala 8, 2º andar - CEP 12200. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Uso, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorjás. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Trabalhe com a Campanha Nova República da T.O.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições) Cr\$ 100.000
- Anual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (17 edições) Cr\$ 12.500
- Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A sangrenta luta pela posse da terra

4 de janeiro de 1985 — A PM fuzila, com dois tiros à queima-roupa, o líder camponês Quintino Lira da Silva, em Vizeu, no Pará. Quintino dirigia a resistência das famílias de posseiros contra a grilagem da empresa Cidapar-Propará. Para assassiná-lo, a PM mobilizou 300 soldados e espalhou o terror na região durante um mês. Torturou indiscriminadamente; invadiu residências; violentou mulheres; praticou fuzilamentos simulados; e assassinou vários lavradores, inclusive a esposa de Quintino. Os latifundiários e grileiros, que pressionaram a polícia a agir contra os camponeses, festejaram publicamente o assassinato do líder camponês.

17 de setembro de 1984 — Dois pistoleiros assassinam, com quatro tiros, o líder sindical Raimundo Alves da Silva, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e dirigente regional do Partido Comunista do Brasil no Maranhão. Nonatinho, como era conhecido, era uma das principais lideranças camponesas do Estado. Entre os envolvidos no seu assassinato está o grileiro José Marciano, que em dezembro de 1982 havia baleado outro membro da diretoria do STR, Elias Zi Costa. Nonatinho deixou mulher e 12 filhos e no seu enterro mais de 5 mil camponeses juraram prosseguir a luta pela posse da terra.

4 de julho de 1984 — O presidente do STR de Tomé Açú, no Pará, Benedito Alvez Bandeira, é alvejado pelas costas por duas balas que lhe estouraram os miolos. Os três pistoleiros que o assassinaram foram recrutados no Espírito Santo pelos latifundiários Acirino Breda e Joselino de Barros, que pagaram Cr\$ 2 milhões pelo "serviço". Os jagunços integravam o exército particular dos grileiros da região, batizado de "Terceira Lei", e que é equipada com metralhadoras e helicóptero. Na manhã do dia 5 veio a resposta dos camponeses. Mais de 2 mil posseiros justiçaaram seu líder, matando a pauladas e facadas os três pistoleiros.

17 de março de 1984 — O posseiro João Celestino, sua esposa e cinco filhos são brutalmente chacinados em Canavieiras, no sul da Bahia. Suas cabeças foram quase decepadas, a golpes de facão. A família foi trucidada por cinco jagunços por não aceitar sair da terra. Três pistoleiros se entregaram à polícia e confessaram que o mandante do crime foi Paulo Feitosa. Meses depois, apesar das provas do crime, o grileiro continuava impune e gerando terror: mandou abater a tiros o posseiro Daniel Gonçalves e ainda ameaçou de morte os três pistoleiros.

Contag rumo ao 4º Congresso



Luto da família do posseiro morto em Casa Nova: cena comum na zona rural

Os quatro casos citados ilustram bem a situação do campo brasileiro, que vive num clima de permanente guerra pela terra. De um lado estão pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e posseiros que dão seu suor na luta pela sobrevivência e, muitas vezes, seu próprio sangue na defesa de um pequeno pedaço de terra para cultivar. De outro estão latifundiários, grileiros e grandes empresas nacionais e estrangeiras que, cobiçando os polposos incentivos governamentais e a valorização da terra, usam da violência para concentrar ainda mais a propriedade rural.

Até hoje estes últimos contaram com a arbitrária e truculenta ajuda dos governos militares, que não mediram esforços em beneficiar os grandes proprietários e prejudicar os trabalhadores rurais. Nos anos do regime militar aumentou assustadoramente a concentração da propriedade da terra, o que gerou o crescimento dos conflitos no campo e, conseqüentemente, resultou na crescente escalada de violências e mortes.

Segundo a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), de 1979 a 1984, foram registrados 1100 conflitos em todo o país, envolvendo cerca de 120 mil famílias de trabalhadores rurais. Esses conflitos deixaram um saldo sangrento, com o número de lavradores assassinados aumentando de ano para ano (ver quadro). Só em 1984, segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra, foram mortos 115 trabalhadores na luta pela terra (entre eles, 20 líderes sindicais). Além disso, esta guerra deixou 1033 feridos e levou 1291 trabalhadores à prisão.

Violência sádica de latifundiário

Os grandes responsáveis por esta chacina são os latifundiários e grileiros, que usam dos métodos mais selvagens para agregar novas glebas de terras às suas gigantescas propriedades. Mas não são só eles. Nos últimos 21 anos, particularmente a partir da ocupação da Amazônia, também os grandes grupos econômicos e principalmente as multinacionais se utilizaram da violência para expulsar posseiros e trabalhadores rurais.

Guerra na Zona Rural

	Casos de violência	Assassinatos
1981	26	15
1982	41	16
1983	134	46

Aumento dos conflitos pela terra

1971 - 109 conflitos / 1976 - 126 conflitos / 1981 - 826 conflitos

* Os levantamentos acima, feitos pela Contag e ABRA, são parciais e estão longe de representar a totalidade de conflitos e mortes na zona rural.



O líder camponês Quintino é assassinado para a alegria dos grileiros

Com os anos estas poderosas empresas foram adquirindo terras, a maioria das vezes fraudulentamente, para especulação fundiária ou pela implantação de grandes projetos agropecuários.

Os próprios órgãos estatais e obras públicas são responsáveis pelo aumento dos conflitos na zona rural. Na construção de centenas de barragens, por exemplo, milhares de camponeses foram expulsos do seu local de trabalho sem receber indenizações justas e nem ao menos serem representados. Para praticar essas arbitrariedades os órgãos governamentais se utilizaram da truculência, como a Chesf que chamou a PM para expulsar os trabalhadores da área da Barragem de Itaparica. Isto sem falar dos órgãos de "segurança" encarregados de tratar de questões fundiárias, como a Getat, que tem militarizado o campo (ver quadro).

Nessa guerra os criminosos usam das formas mais sujas para expulsar os lavradores da terra. Destroem lavouras, queimam casas, envenenam rios, apreendem os instrumentos de trabalho, ameaçam vidas, torturam, prendem e matam. Em várias ocasiões chegam a requintes de sadismo, como nos casos dos trabalhadores da Agropecuária Mirassol, no Mato Grosso, que antes de serem assassinados tiveram suas orelhas decepadas, ou da posseira que foi estuprada na presença da mãe por três jagunços, em Goiás.

Os fazendeiros e grileiros agem muitas vezes diretamente contra o lavrador. Eles formam verdadeiros exércitos particulares, fortemente armados e com pistoleiros profissionais contratados. Estas milícias privadas são comuns, por exemplo, nas usinas de açúcar do Nordeste, usadas para reprimir as greves dos canavieiros.

Na maioria dos casos de violência a Polícia Militar e Polícia Federal estão presentes - sempre ao lado dos grandes fazendeiros e sob seu comando direto! Isto ocorre em todos os Estados da federação. No sul do Pará, em 1983, a PM permaneceu mais de uma semana em Xinguara, a soldo do fazendeiro Hélio Olsen, para expulsar centenas de famílias de posseiros das glebas Caipé, Musa, Jussara e Mucuruim. No mesmo ano, em Canabrava, no Mato Grosso, policiais espancaram trabalhadores e obrigaram a população a permanecer em pé numa praça, proibida de locomover-se durante horas, ouvindo ofensas morais e um discurso raivoso contra o STR local. Na semana passada, o deputado estadual Waldir Trigo (PMDB-SP) denunciou que a PM da região de Ribeirão Preto recebeu dinheiro dos usineiros para reprimir os grevistas.

Se as causas da violência estão na

estrutura agrária e na ação dos governos militares, que incentivaram a concentração da terra, o estímulo mais imediato para o seu crescimento está na impunidade dos criminosos. Raras vezes as violências são apuradas e quase nunca os jagunços e os seus mandantes são processados e punidos. É comum vê-los andando livremente pelas ruas, logo após terem executado algum trabalhador.

Justiça com as próprias mãos

Como a lei não existe, nestas áreas de grande tensão os camponeses estão fazendo justiça com as próprias mãos. Em várias regiões de conflito de terra, por todo o país, os lavradores trabalham sua roça em mutirão: enquanto alguns cuidam da terra, outros vigiam, de armas na mão!

Esta ação organizada tem dificultado a ofensiva dos grileiros e grandes fazendeiros. Segundo a Contag, "nos últimos anos, diminuiu o número de despejos em massa e temos tido mesmo alguns casos de grupos de trabalhadores que, depois de anos de expulsos, conseguem voltar às suas terras". Para ilustrar, a entidade cita os casos de Cachoeirinha, em Minas Gerais, e da Gleba São Domingos, Pontes e Lacerda, no Mato Grosso.

Não é por acaso que nos últimos tempos os latifundiários e grileiros têm tornado sua violência mais "seletiva", alvejando principalmente os sindicalistas. É crescente o número de dirigentes e ativistas sindicais, de advogados e líderes comunitários mortos. Os fazendeiros também estabeleceram uma estratégia para intimidar o movimento sindical. Pressionam o trabalhador a se desligar do Sindicato; impedem os dirigentes de terem acesso aos locais de trabalho e moradia dos camponeses; orquestram prisões e atentados contra a vida de sindicalistas.

Apesar disso, é visível o crescimento da mobilização dos trabalhadores contra a violência no campo. Agora, com a Nova República e os pronunciamentos em favor da Reforma Agrária, esta luta atingirá novo patamar. O 4º Congresso da Contag, em fins de maio, deverá discutir esta nova situação, definindo melhor as formas de brejar a truculência dos grandes proprietários e conquistar o direito a posse da terra.

No próximo número a Tribuna Operária abordará o problema da aplicação do estatuto da Terra, promulgado pelo novo governo. (Altamir Borges)

Militarização do campo

Com o crescimento da luta dos camponeses nas áreas de conflitos pela terra, o regime militar aumentou sua intervenção no campo — sempre na defesa do latifúndio e das grandes empresas. Além da ação da PM e da PF, o governo criou e acionou os órgãos ligados a chamada "segurança nacional".

Em 1º de abril de 1971, as disputadas terras devolutas às margens das rodovias federais da Amazônia Legal foram declaradas "indispensáveis a segurança e ao desenvolvimento nacional", beneficiando os grandes projetos agropecuários. Em 1976, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), através da Exposição de Motivos 005 e 006, assegurou que a União "reconhece os títulos de propriedades irregularmente

transcritos no registro de imóveis". Com isso deu forte impulso a grilagem na região.

Já em 1980, foi criado o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), que atuou basicamente como regularizador da situação irregular das terras de grandes grupos econômicos, implantados na área com incentivos do CSN, o órgão interferiu abertamente na vida sindical, como nas eleições do STR de Conceição do Araguaia, em 1981, bem como participou de operações policiais contra os posseiros. Em outras áreas do país os órgãos de segurança, como SNI e CSN, também foram acionados para reprimir implacavelmente os camponeses.



Passeata de protesto contra a morte de Nonatinho, no Maranhão. Camponeses prometem prosseguir a luta pela terra.

